

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Eduarda Pessanha Barbosa

População em situação de rua e mundo do trabalho: um estudo a partir de pesquisas do
Serviço Social

JUIZ DE FORA
2025

Maria Eduarda Pessanha Barbosa

**População em situação de rua e mundo do trabalho: um estudo a partir de pesquisas do
Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizete Maria Menegat

JUIZ DE FORA

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Barbosa, Maria Eduarda Pessanha.

População em situação de rua e mundo do trabalho : um estudo a partir de pesquisas do Serviço Social / Maria Eduarda Pessanha Barbosa. -- 2025.

75 f.

Orientadora: Elizete Maria Menegat

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. população em situação de rua. 2. mundo do trabalho. 3. lei geral da acumulação capitalista. I. Menegat, Elizete Maria, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM Serviço Social

Formato da Defesa: (x) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (x) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DE PESQUISAS DO SERVIÇO SOCIAL, para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social , pelo(a) discente Maria Eduarda Pessanha Barbosa (matrícula202019015), sob orientação da Prof. ^a) Dr^a) Elizete Maria Menegat e coorientação da Prof. ^a) Dr^a) _____, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2025 , às 9 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Elizete Maria Menegat	Orientadora
Dra	Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras	Membro da banca
Dra	Michelle Neves Capuchinho	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o

Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 14 de agosto de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 20/08/2025, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Neves Capuchinho, Professor(a)**, em 21/08/2025, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Aranha Arbia, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eduarda Pessanha Barbosa, Usuário Externo**, em 25/08/2025, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2554300** e o código CRC **72458B7F**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Maria Eduarda Pessanha Barbosa
Matrícula Discente	202019015
Título do TCC	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DE PESQUISAS DO SERVIÇO SOCIAL
Natureza do trabalho	TCC 2
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Elizete Maria Menegat
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	20 de agosto de 2025
Nome, titulação de (as) componentes da banca	Drª Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras Drª Michelle Neves Capuchinho

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 20 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 20/08/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2554302** e o código CRC **C61B7078**.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai e minha mãe, que tornaram tudo isso possível, por meio de trabalho árduo e muito amor e suporte aos meus objetivos profissionais.

Ao meu irmão Matheus, que tanto dialogou comigo e fomentou minhas reflexões em todos esses anos de graduação.

Ao Denis, por ser meu companheiro e construir junto comigo meu crescimento como pessoa.

Aos amigos que fiz na trajetória da graduação - especialmente Clarissa, Duda, Ruth e Marcelle - que me permitiram conhecer diferentes realidades de vida, compartilhar as angústias e ver diferentes pontos de vista.

Aos membros da Frente Autônoma de Juiz de Fora, que na prática libertária me permitiram enxergar possibilidades coletivas, autônomas e de apoio mútuo em meio ao caótico mundo capitalista de guerra de todos contra todos.

Às pessoas que conheci durante meu estágio supervisionado - assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros profissionais, funcionários de nível médio e usuários - que ao compor a política de assistência fizeram parte do meu interesse no tema deste trabalho e da realidade que instigou minha análise.

Aos professores que tive contato, pela experiência e conhecimento compartilhado.

À Prof^a Elizete, pela orientação durante todo o TCC, respeitando e encorajando meu processo pessoal de reflexão.

Elegia 1938

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.
Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.

Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue frio, a concepção.
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.

Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.

(Carlos Drummond de Andrade, 1998)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso aborda a população em situação de rua e sua relação com o mundo do trabalho. Trata-se de uma pesquisa exploratória, baseada em uma revisão narrativa de bibliografia, que discute concepções sobre o tema a partir de duas pesquisas fundamentadas no processo de acumulação de capital segundo Marx. Analisa-se a constituição do trabalho assalariado e a formação de um excedente de força de trabalho não absorvido pelas necessidades de acumulação do capitalismo. Esse excedente é resultado do desenvolvimento contínuo das forças produtivas, que, ao buscar elevar a produtividade, emprega cada vez menos trabalhadores. O debate do mundo do trabalho realizado envolve os indivíduos que, nesse contexto, não conseguem vender sua força de trabalho e reproduzir seus meios de existência. O aumento do peso do maquinário na composição orgânica do capital, a automatização da produção e as crises recorrentes do sistema ampliam o contingente de população supérflua, no qual se inclui a população em situação de rua. As reflexões construídas concluem que a lei geral da acumulação capitalista é chave para compreensão da realidade social em que essa população se insere. Sua reprodução social decorre de um modelo de organização que não se pauta por necessidades humanas, mas pela busca de acumulação de mais valor. A partir dessa constatação, são analisados aspectos atuais, como as transformações recentes no mundo do trabalho e nas políticas sociais, bem como são exploradas as distintas perspectivas marxistas sobre essas transformações. Portanto, o crescimento contínuo da população em situação de rua, ao representar concretamente a descartabilidade humana no sistema capitalista, evidencia que os elementos estruturais do trabalho nesse sistema permanecem insuperáveis enquanto o capitalismo existir.

Palavras-chave: população em situação de rua; mundo do trabalho; lei geral da acumulação capitalista.

ABSTRACT

This undergraduate thesis addresses the homeless population and its relationship with the world of work. It is an exploratory study, based on a narrative review of the literature, which discusses conceptions on the subject drawing from two studies grounded in Marx's theory of the process of capital accumulation. It analyzes the constitution of wage labor and the formation of a surplus labor force that is not absorbed by the accumulation needs of capitalism. This surplus results from the continuous development of the productive forces which, in seeking to increase productivity, employ fewer and fewer workers. The discussion on the world of work encompasses individuals who, in this context, are unable to sell their labor power and reproduce their means of subsistence. The increasing weight of machinery in the organic composition of capital, the automation of production, and the system's recurring crises expand the contingent of surplus population, which includes the homeless population. The reflections developed conclude that the general law of capitalist accumulation is central to understanding the social reality in which this population is situated. Its social reproduction stems from a model of organization that is not guided by human needs, but by the pursuit of greater value accumulation. On this basis, the study analyzes current aspects such as recent transformations in the world of work and in social policies, as well as exploring the different Marxist perspectives on these transformations. Therefore, the continuous growth of the homeless population, by concretely representing human disposability in the capitalist system, reveals that the structural elements of work in this system remain insurmountable as long as capitalism exists.

Keywords: homeless population; world of work; general law of capitalist accumulation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DO FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNDO MODERNO.....	18
2.1 Notas sobre as categorias valor e trabalho como fundamentos da sociedade capitalista....	18
2.2 Expropriados e deslocados à força para as cidades.....	22
2.3 Classes sociais e a camada dos miseráveis no capitalismo.....	24
2.4 Supérfluos do mundo do trabalho, assistência social e população de rua.....	27
3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DE PESQUISAS NO SERVIÇO SOCIAL.....	32
3.1 “Mal-estar na civilização putrefata: Os superfúos como insígnia da obsolescência programada humana” de Fábio da Silva Calleia.....	33
3.2 “Acumulação de capital e superpopulação relativa: o caso da população em situação de rua” de Letícia Gabrielle Costa Passos.....	41
3.3 A questão da população em situação de rua: enfim, como abordar?.....	52
3.3.1 População em situação de rua e mundo do trabalho.....	55
4 CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
APÊNDICE A - Teses e dissertações analisadas.....	71

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa a ser apresentada defronta-se com a realidade do aumento exponencial da população em situação de rua, em nível mundial, nacional e local. Para dar um exemplo, em Juiz de Fora, entre 2016 e 2022, a população em situação de rua passou de 384 pessoas para 805, um aumento de 110%, quando comparados os Censos e Diagnósticos realizados pela Prefeitura nos respectivos anos¹.

A população em situação de rua pode ser abordada a partir de diversos elementos que a atravessam, desde as razões que envolvem a transição para a vivência na rua; o agravamento de questões de saúde, como a dependência química, doenças respiratórias, infecções sexualmente transmissíveis e objetivamente um “enfraquecimento físico”; os atravessamentos de gênero, como sua relação com os direitos reprodutivos; e sua relação com as políticas públicas. Incluídos nessa população, há diversos grupos - migrantes, egressos do sistema prisional, pessoas inseridas no espectro LGBTQAPN+, idosos, jovens, gestantes, etc. Pode-se apontar, porém, que todas e todos apresentam em comum a “(...) precariedade das condições de vida, circunstanciais ou permanentes, que funciona como motor para a utilização das ruas” (Pereira, 2007, p. 74), tendo a “crise contemporânea em torno das relações de trabalho” (Ibidem, p. 75) como pano de fundo, ainda que existam outros motivos diretos para a situação de rua.

O trabalho desenvolvido nas próximas páginas parte de indagações da autora² sobre a relação da população em situação de rua com o mundo do trabalho e com a forma como ocupam o espaço público urbano e realizam as mediações necessárias para a sua sobrevivência tais como a obtenção de renda, o acesso às políticas públicas e à filantropia, etc.

Entendemos que viver na rua é, também, uma maneira de passar para um lado da sociedade, no qual o reconhecimento dos sujeitos como atores sociais não está relacionado necessariamente à capacidade produtiva, mas à capacidade de desenvolver estratégias de sobrevivências em situação extremamente adversas (Pereira, 2007, p. 74).

¹ POPULAÇÃO de rua em Juiz de Fora cresce 110% nos últimos seis anos. UFJF Notícias, [s.l.], 26 de mai. de 2023. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/26/populacao-de-rua-em-juiz-de-fora-cresce-110-nos-ultimos-seis-anos/>>. Acesso em: 03 de fev. de 2025.

² A partir do campo de estágio em Serviço Social, na gestão de acolhimentos para população em situação de rua; mas também a partir da observação desse grupo nas ruas da cidade de Juiz de Fora.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada no período de produção do projeto, deparei-me com diversas maneiras de abordar e analisar essa população nas relações sociais capitalistas. Em relação com o Serviço Social³, área de formação em que se insere este trabalho, observo que há um crescimento do interesse na pesquisa acerca da população em situação de rua (PSR), face explícita da questão social.

Como sabemos, a existência de uma massa de indivíduos pauperizados, considerados como um problema público, encontra-se estreitamente associada aos processos de expropriação vinculados à acumulação originária do capital. Posteriormente, o desenvolvimento do capitalismo industrial, em suas sucessivas fases, veio produzir um aumento do pauperismo. Nas últimas décadas, observa-se que, ao crescimento da pobreza e do pauperismo no mundo, tem havido um correspondente aumento dos debates em torno da PSR, quando, por exemplo, a “ONU definiu o ano de 1987 como Ano Internacional de Abrigo para os Sem Teto” (Karam, 2015, p. 189 *apud* Cordeiro, 2018).

No Brasil, a Política Nacional para a População em Situação de Rua data de 2009, e em 2024 o Governo Federal estabeleceu o Plano Nacional Ruas Visíveis (PNRV), a fim de afirmar um compromisso de que “as pessoas em situação de rua existem e são valiosas para nós” (Brasil, 2024), reconhecendo também seu crescimento quantitativo e a necessidade de destinar recursos para tentar amenizar isso:

Entre 2018 e julho de 2023, o número de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico quase dobrou, chegando a 221.113 pessoas. O número de municípios brasileiros com pessoas em situação de rua cadastradas também quase dobrou, passando de 1.215 (22%), em 2015, para 2.354, em 2023 (42% dos municípios do país) (Brasil, 2024).

As políticas públicas para esse público - que vem acompanhadas de uma produção teórica - partem de um espectro político que busca tornar cidadãos plenos os indivíduos degradados socialmente. Assim, “a emergência da noção de população (em situação) de rua aconteceu justamente com a inserção deste segmento na racionalidade governamental” (Jordão, 2021, p. 57), de forma que se estrutura também como um tema de pesquisa de inúmeras áreas. Apresento aqui o quadro organizado por Jordão (2021, p. 55) sobre o histórico de marcos legais do trato do Estado brasileiro com esse grupo.

³Entendendo o Serviço Social como uma profissão marcada por “uma clara subordinação do exercício técnico-profissional às suas consequências políticas”, que abarca a possibilidade de participar “ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora” (Iamamoto, Carvalho, 2005, p. 95).

Tabela 1 - Principais avanços políticos e normativos da população em situação de rua no

ANO	NORMATIZAÇÃO	DIREITOS/EVENTOS
1988	Constituição Federal (BRASIL, 1988)	Estabelece como um dos fundamentos da Carta Magna a dignidade da pessoa humana.
1993	Resolução CNAS nº 145 de 1994 (CNAS, 1994)	Assegura a cobertura dos serviços assistenciais à população em situação de rua.
2005	Lei nº 11.258/2005 (BRASIL, 2005)	Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua, mediante organização dos serviços da assistência social.
2006	Decreto Presidencial nº 6.216/2006 (BRASIL, 2006)	Criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com a finalidade de elaborar estudos e propor ações para a implementação de políticas públicas direcionadas à população em situação de rua.
2008	Portaria MDS nº 381/2008 e nº 12/2008 (BRASIL, 2008)	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua; estabelece Comitê Intersetorial e a criação do Cadastro Único para Programas Sociais.
2009	Decreto nº 7.053/2009 (BRASIL, 2009)	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.
2010	Portaria Interministerial nº 2/2010 (BRASIL, 2010)	Prevê a inclusão da população em situação de rua no Censo e no Cadastro Único.
2011	Portaria nº 122/2011 (BRASIL, 2011)	Estabelece a Política Nacional de Atenção Básica e prevê a Equipe de Consultório na Rua.
2013	Portaria nº 122/2013 (BRASIL, 2013)	Prevê a possibilidade de atuação do Pólo Pop Rua no Programa Mais Médicos.
2014	Ato da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR (BRASIL, 2014)	Cria serviço para encaminhamento de vagas para a População em Situação de Rua – Pronatec Pop Rua.

Fonte: Reprodução de Jordão (2021, p. 55).

Esse quadro nos permite construir alguns questionamentos, principalmente quando articulado com gráficos sobre o crescimento da população em situação de rua: os avanços, em tão poucos anos, são insuficientes para garantir a amenização do cenário de crescimento dessa população? Ao mesmo tempo, pode-se questionar como a inclusão da PSR na racionalidade da intervenção pública também envolve a demanda social de retirada dessa população dos espaços públicos visíveis - por meio de abordagens higienistas, violentas e desumanas.

Mas é importante atentar-se ao que realmente define a “questão social”, visto que depende da concepção do olhar do sujeito sobre o problema - quanto mais próximo do conceito de cidadania absoluta o indivíduo se situa, maior a probabilidade de ele

considerar o problema do morador de rua uma questão social, ou um valor ameaçado: a sociedade deve criar condições para resolver o problema do morador de rua para dissipar a ameaça que pesa sobre o(s) valor(es) social(is) que tal problema põe em xeque pelo simples fato de existir; mas quanto mais próximo do conceito de higienismo absoluto o indivíduo se situa, considera que o morador de rua constitui uma ameaça e não um valor ameaçado; foi o jogo destes atores (e de muitos), que permitiu a constituição de uma linguagem própria capaz de nomear e lidar com este universo de relações. As trajetórias e os deslocamentos que narraram e viveram, teceram a rede de inteligibilidade que tornou visível e dizível esta população de rua (Cordeiro, 2018, p. 56).

Em meio ao desenvolvimento dessas políticas, a violência direcionada para a PSR permaneceu constante, por exemplo, no próprio “Massacre da Sé” (Melo, 2020), em 2004 - que deu origem ao “Dia Nacional da População em Situação de Rua” ou, em 2025, o caso em que uma pessoa em situação de rua acordou após ser atingido por dois coquetéis molotov, enquanto o ato era filmado e transmitido ao vivo em uma rede social (Lucchese, Amato, 2025).

O fato é que o reconhecimento de intervenções necessárias diante do crescimento do número de pessoas em situação de rua vem sendo objeto de discussão por diversos pesquisadores, a fim de investigar as nuances desse fenômeno complexo e historicamente determinado. No Serviço Social, uma vez que se destaca a literatura marxista para análise da realidade, discute-se a qual classe, ou subclasse, esse grupo pertence, qual sua função na reprodução social, a dicotomia existente entre inclusão/exclusão social, a eficácia das políticas públicas direcionadas à PSR, e a crítica ao neoliberalismo como central no aguçamento das desigualdades sociais vinculadas à questão social.

É objetivando abordar a diversidade de elementos que envolvem a existência da população em situação de rua e compreender melhor a realidade concreta desse sujeito coletivo que este trabalho propõe analisar diferentes formas de produção teórica sobre o tema. Esta pesquisa, de caráter exploratório, pretende “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41), entendendo que o tema ainda está em aberto teoricamente, procurando explorar concepções e debatê-las de forma qualificada, utilizando como procedimento técnico principal a pesquisa bibliográfica (Gil, 2002, p. 43).

A metodologia da pesquisa, então, consiste na realização de uma *revisão narrativa* de bibliografia, uma vez que envolve uma “análise crítica pessoal do autor”, ou seja, “não possuem metodologia que permitam a reprodução dos dados e nem fornecem respostas quantitativas para questões específicas” (Rother, 2007, p. 1). Ao mesmo tempo, procurou-se utilizar, ainda que de forma limitada, “várias fontes de busca para localização e identificação

dos estudos" (Ibid.) e demonstrar de forma explícita a estratégia de busca.

A bibliografia a ser revisada foi limitada à teses e dissertações, uma vez que busco apresentar como a concretude da população em situação de rua é compreendida pelas bases teóricas utilizadas em cada pesquisa. Em relação à interpretação dos dados e da realidade que se pretende investigar, partimos de uma análise crítica, compreendendo que:

O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que para cada qual, deve garantir, como uma forma de controle, o critério da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar (Santos, 2006, p. 10).

Assim, a realidade social será examinada como parte indissociável da totalidade capitalista e em mediação com esta, permitindo ir além das aparências dos fenômenos para analisar sua essência.

O caminho para essa metodologia iniciou-se com o contato com a pesquisa de Fábio da Silva Calleia, doutorando do programa de pós graduação em Serviço Social da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), escolhendo realizar a análise do texto preliminar produzido para defesa de Tese, o qual tive acesso a partir de mediação da orientadora deste trabalho (e permissão do autor). A segunda pesquisa da revisão bibliográfica foi selecionada a partir de acesso no site de Repositório Institucional das universidades UFJF, UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)⁴, pesquisando e selecionando trabalhos a partir do termo “população em situação de rua”. O mesmo processo foi realizado nos sites da *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* e do *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES*: pesquisou-se por “População em situação de rua”, aplicou-se o filtro “Programa de pós-graduação em Serviço Social”, selecionando publicações que abordaram população em situação de rua como tema central.

⁴ A escolha dessas instituições se deu pela familiaridade da autora, durante o período da graduação, com a produção de conhecimento nos cursos e pós-graduações de Serviço Social das escolhidas. Entende-se, entretanto, que essa seleção, baseada em experiência pessoal, não baseia-se em critérios de pesquisa rígidos. Decidiu-se por não abranger a revisão bibliográfica para todos os Programas de Pós Graduação de Serviço Social do país, em razão do curto tempo para finalização da pesquisa.

Todas as teses e dissertações encontradas foram organizadas, pela ferramenta Google Planilhas (tabela no apêndice 1)⁵, para que fosse possível analisar os resumos das 39 publicações selecionadas. Após essa primeira fase, a segunda fase consistiu em organizar uma planilha com as publicações que, conforme julgamento dos resumos e do sumário, possibilitaram proximidade com o objetivo da pesquisa, sendo oito das 39 publicações. O processo assemelha-se, nesse sentido, às duas primeiras fases que Gil (2002) descreve como parte de uma pesquisa bibliográfica: leitura exploratória (a fim de determinar a utilidade dos textos para o problema, a partir de elementos como resumos, resenhas, índices do sumário, procurando uma visão geral do escrito) e leitura seletiva (como o nome indica, consiste na seleção dos textos que serão lidos e analisados).

A escolha de apenas duas teses e/ou dissertações se deu em conversa com a orientadora da pesquisa, considerando critérios como o tempo disponível para a conclusão da análise, e o objetivo de aprofundar não apenas na leitura do que os autores apresentam, mas de analisar quais referenciais bibliográficos utilizaram para situar no sistema capitalista essa população concreta da realidade.

A Tabela 1 abaixo apresenta a seleção final das duas publicações cuja análise será apresentada no desenvolvimento deste trabalho.

Tabela 1 - Textos escolhidos para análise

Instituição	Tipo	Ano de publicação	Título	Autor
UFJF	Texto preliminar de Tese	-	Mal-estar na civilização putrefata: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana	Fábio da Silva Calleia
UFRN	Dissertação	2023	ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA: o caso da população em situação de rua	Letícia Gabrielle Costa Passos

Fonte: elaboração própria.

No processo de leitura, foram feitos fichamentos dos textos, seguindo as outras duas etapas apresentadas por Gil (2002):

- leitura analítica: cuja finalidade é “ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes” (Ibidem, p. 79);
- e a leitura interpretativa: identificada por “relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução” (Ibidem, p. 79).

⁵ A disponibilização, em anexo, da planilha de publicações encontradas pretende reforçar que, em caso de outro pesquisador buscar o mesmo objetivo, poderiam ser escolhidos outros textos, conforme critérios mais rígidos ou não.

Assim, no primeiro capítulo, apresento reflexões mais gerais sobre o capitalismo, passando por seus fundamentos de forma mais abstrata e em sua origem, a partir de autores como Marx, Bakunin, Harvey, Kurz e Quijano. A intenção é pincelar um debate que permita contextualizar a existência da população em situação de rua partindo do seu contexto histórico, reconhecendo como se dá sua existência nas relações sociais atuais. No segundo capítulo, passo para a análise dos textos elencados acima, escrevendo os resultados da análise que foi explicada na metodologia. Para isso, abordo cada publicação em um tópico específico, para depois articular as pesquisas a partir de categorias marxianas utilizadas e a partir do mundo do trabalho.

2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DO FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNDO MODERNO

Neste primeiro capítulo, desenvolvo algumas bases que constroem a população em situação de rua como objeto de pesquisa. Para isso, no primeiro tópico, parto de um nível abstrato com o objetivo de resgatar a origem da sociedade capitalista, ou seja, o que permanece até os dias atuais como imperativo nas relações humanas: trabalho abstrato e produtor de mais valor; a gênese do Estado, a urbanização capitalista e a colonização. No tópico 1.2, foco no debate sobre as categorias e conceitos utilizados para debater a produção da miséria no sistema capitalista, uma vez que determinam a existência da população em situação de rua. Para isso, abordo de forma resumida, algumas transformações históricas do trabalho assalariado no capitalismo e sua relação com o aumento exponencial não só da PSR, mas dos imigrantes, refugiados e excluídos do sistema.

Destaco que, nesse capítulo, pontuo de forma mais superficial alguns temas que serão melhor aprofundados no segundo, a partir das publicações escolhidas para análise.

2.1 Notas sobre as categorias valor e trabalho como fundamentos da sociedade capitalista

Início este tópico resgatando, brevemente, categorias fundamentais do capitalismo para observar as origens históricas do pauperismo e da população de rua, suas mudanças e permanência, na atualidade.

Marx, em sua obra principal, aborda a essência da categoria do valor, desvelando-o como produto do trabalho humano explorado durante o processo de produção de mercadorias no sistema capitalista. Portanto, o trabalho assalariado, criador de mais valor, é particular à forma social capitalista e aos seus objetivos de acumulação. Para o autor, essa forma alienada de trabalho passa a ser considerada apenas a partir de seu caráter abstrato, a ser representado no valor, essencial para a estruturação da produção capitalista. Nos “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”, é possível resgatar passagens que indicam bases da construção teórica madura do autor e, portanto, facilitam o entendimento de categorias mais densas:

En primeiro lugar, en que el trabajo es externo al trabajador, es decir: no pertenece a su esencia; consiste, por ende, en que el trabajador no se afirma en su trabajo, sino

que se niega; en que no se siente bien, sino desdichado; no desarrolla ninguna energía física y espiritual libre, sino que maltrata su ser físico y arruina su espíritu (...) Finalmente, la exterioridade del trabajo para el trabajador se manifiesta en que no es propiedad de este, sino de otro; en que no le pertenece; en que, en el trabajo, el trabajador no pertenece a sí mismo, sino a otro (Marx, 2015, p. 109-110).

O processo de constituição da força de trabalho como mercadoria foi fruto de violentas expropriações e, durante séculos, reconfigurou as relações sociais. Os seres humanos, então, passam a se relacionar majoritariamente a partir de interesses de troca, a qual se torna a relação social que, em última instância, determina todo o modo de vida:

En lugar de todos los sentidos físicos y espirituales, aparece, pues, la simple alienación de *todos* estos sentidos, el sentido de *tener*. La esencia humana debió verse reducida a esta pobreza absoluta a fin de que diera a luz toda su riqueza interna (Marx, 2015, p. 147).

Para que o trabalho alienado possibilite a acumulação de mais-valor e capital, o capitalismo estabelece a propriedade privada, criando uma massa de trabalhadores sem meios de produção para satisfazer, de forma autônoma, as suas necessidades de sobrevivência: “La propiedad privada es, pues, el producto, el resultado, la consecuencia necesaria del trabajo enajenado, de la relacion externa del trabajador con la naturaleza y consigo mismo” (Marx, 2015, p. 117).

No capitalismo “O próprio homem, considerado como mera existência de força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva, autoconsciente, sendo o próprio trabalho a exteriorização material dessa força” (Marx, 2013, p. 204).

Percebe-se, em primeiro lugar, o marcador das individualidades nesse sistema, uma vez que, em uma relação social de trabalho, seus componentes não importam em relação a seu conteúdo pessoal e humano, mas representam “apenas” abstrações impessoais de valores. O objetivo final desse sistema é a maximização da produção de mercadorias tendo em vista a produção de valor: o valor de uso do trabalhador na sociedade burguesa consiste na apropriação da sua força para a produção de mais valor. Portanto, o objetivo do capitalismo não é, em nenhum nível, o atendimento de necessidades humanas.

Esses fundamentos essenciais e intrínsecos, presentes no processo histórico que levou a seu pleno desenvolvimento, passam a ditar as relações humanas, entre si e com a natureza. A própria natureza, inclusive, passa a ser foco da acumulação de valor pois, para realizar seu objetivo final, o capital estabelece uma relação predatória com os ecossistemas do planeta.

Concomitantemente, estabeleceu-se uma universalidade social do dinheiro, que, em conjunto com a universalidade jurídica e política representada pelo Estado, articulou processos como a padronização das moedas para as trocas até a necessária igualdade jurídica

de todos a partir do *status* de cidadão. Assim, as relações de compra e venda da força de trabalho foram naturalmente tratadas e regulamentadas como se fossem relações voluntariamente travadas por ambas as partes, sem coerção:

Demonstrou-se como o reconhecimento dos direitos humanos por parte do Estado moderno tem o mesmo sentido que o reconhecimento da escravatura pelo Estado antigo. Com efeito, assim como o Estado antigo tinha como fundamento natural a escravidão, o Estado moderno tem como base natural a sociedade burguesa e o homem da sociedade burguesa, quer dizer, o homem independente, entrelaçado com o homem apenas pelo vínculo do interesse privado e da necessidade natural inconsciente, o escravo do trabalho lucrativo e da necessidade egoísta, tanto da própria quanto da alheia (Marx, 2011, p. 144).

Nessa passagem, Marx desenvolve como os aparatos de legitimação dessa sociedade - o Direito, o Estado e as ideologias que justificam o monopólio da violência por estas instituições - possibilitam que o trabalho assalariado represente apenas uma troca de mercadorias, eliminando o elemento real, concreto e humano dessa relação de contratação. Resta à classe trabalhadora, na melhor das hipóteses, a sujeição às formas competitivas de ingresso ao mundo do trabalho, aos salários cada vez menores (aumentando assim o excedente apropriado)⁶, as rotinas extenuantes de trabalho, etc. Na pior das hipóteses, encontram-se as sempre amplas parcelas dos indivíduos dominados que não conseguem vender sua força de trabalho: “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2013, p. 462). Nesse âmbito, há diversas denominações para esse contingente: pauperizados, lumpemproletariado, superpopulação relativa, miseráveis, supérfluos, que serão aprofundadas em outro tópico deste trabalho.

Conforme o capitalismo se desenvolve, a produção compulsória de miséria material e espiritual humana passa a ser um problema público a ser considerado na abstração jurídica do Estado. Bakunin é um dos escritores que problematiza, na segunda metade do século XIX, o progresso da civilização capitalista como um processo de desumanização. Em “Comuna de Paris e a Noção de Estado”, o autor argumenta contra a ideia de que o Estado é um elemento necessário da civilização humana, contra uma essência desgobernada da liberdade, como se o único sentido possível de viver em sociedade fosse o sentido capitalista de viver a sociedade:

Por um estranho ainda que lógico contraste, nossos adversários, idealistas da teologia e da metafísica, tomam o princípio da liberdade como fundamento e base

⁶ “A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa ‘lei natural da população’, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional” (Marx, 2013, p. 455).

de suas teorias, para concluir com bondade na indispensável escravidão dos homens. (...) Nossos inimigos, idealistas divinos e transcendentais, caem até o materialismo prático, sanguinário e vil, em nome da mesma lógica, segundo a qual todo desenvolvimento é a negação do princípio fundamental (Bakunin, 2006, p. 90-91).

Assim, questiona teorizações ahistóricas da sociedade de que determinadas instituições específicas e essenciais ao objetivo de valorização do valor no capitalismo são uma necessidade natural da complexificação da sociedade.

Existindo sob semelhante forma abstrata, e ao mesmo tempo violenta, não é necessário dizê-lo, continua prejudicando cada vez mais a liberdade individual em nome dessa mentira que se chama “felicidade pública”, ainda que seja evidente que não represente, exclusivamente, outros interesses que os da classe dominante (Bakunin, 2006, p. 90).

É o caso, por exemplo, da transformação do significado e concretude da democracia direta para a “democracia representativa”, processo que permitiu também a transição do absolutismo para governos que se adequassem à lógica capitalista e permitissem que todos fossem igualmente possuidores de mercadorias. Partem, como critica Bakunin, da justificativa abstrata do bem comum como objetivo da política e do Estado, separando a concretude da sociedade civil do campo político e do Estado. A articulação da representatividade política com a democracia realizou-se em meio ao momento histórico de surgimento da classe trabalhadora como sujeito político reivindicativo, sendo definitivo para a criação de uma sustentação ideológica para a incapacidade política das classes populares: *“but no constituency elects a working man, or a man who looks at questions with working men's eyes”*⁷. (Stuart Mill, 1988 [1866], p. 138 *apud* Gomes, 2017, p. 292). Está dada a existência de um corpo político que atenda às necessidades do modo de produção capitalista.

A imbricação de democracia e representação, então, apenas se consolida a partir de uma viabilidade prática de lidar com a pluralidade de interesses e ações políticas em uma sociabilidade que se complexifica cada vez mais, permitindo que, a partir da livre deliberação dos representantes, as decisões no Estado permaneçam em poder da classe que exerce dominação na sociedade civil. Essa é uma das construções capitalistas que a torna uma sociabilidade complexa e peculiar.

O capitalismo é também é o sistema que possui o fetichismo⁸ como essencial para a

⁷ “Mas nenhuma constituição elege um homem trabalhador, ou um homem que olha para as questões com olhos de um trabalhador”

⁸ Especificamente em Marx, está destacado o fetichismo da mercadoria, apesar de alguns autores ampliarem o termo para indicar o mecanismo capitalista em que a aparência dos fenômenos aparece como sua essência, naturalizando os processos: “Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam

naturalização da troca como principal mediador social e da produção em larga escala de contingentes de indivíduos pobres:

A sociedade moderna é concebida como uma sociedade aberta, de grande mobilidade social, em que os indivíduos se constituem como personagens centrais. Sua idéia fundante é a da universalidade, expulsando a idéia de exterioridade e criando, em decorrência, uma história mundial. Duas esferas distintas, relacionando-se sob tensão, a constituem. Em primeiro lugar, mas sem qualquer ordem cronológica, a esfera da igualdade jurídico-política, em que a lei única considera os homens iguais. Esfera inexistente nas sociedades pretéritas, sempre de direito plural. E, em segundo, a esfera da desigualdade no acesso aos bens materiais e simbólicos. Não obstante esta esfera seja pré-existente à sociedade moderna, nesta ela é completamente reformulada (Nascimento, 1994, p. 32).

2.2 Expropriados e deslocados à força para as cidades

Faz parte do contexto das expropriações de terra a destruição violenta da comunidade e o deslocamento forçado dos expropriados para as cidades, mediante a necessidade de expansão da indústria:

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos (...) Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes (Marx, 2013, p. 524).

As cidades capitalistas, longe de representarem um progresso inerente à complexificação das relações sociais, são constituídas a partir de uma racionalidade típica da sociedade burguesa, ou seja, funcional à acumulação: “o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir” (Harvey, 2014, p. 30). O autor coloca que “as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção”, ou seja, há “(...) uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização” (2014, p. 30). Em sua obra, Harvey traça a análise de determinadas crises capitalistas a partir de sua relação com as cidades, desde a crise de 1848 que, segundo o autor, “foi uma das primeiras crises (...) em que se verificaram, lado a lado, excedente de capital e excedente de trabalho” (Ibidem, p. 33), passando pela reforma urbana de Paris como

entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Por isso, na testa do valor não está escrito o que ele é. O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social” (Marx, 2013, p. 123)

elemento das movimentações políticas do país que culminaram na Comuna de Paris de 1871.

Os teóricos que viviam essas modificações históricas discutiam as estruturas e relações sociais que se instauraram nesse contexto. Kropotkin, em um texto de 1892, realiza questionamentos aplicáveis à realidade atual das grandes metrópoles, ao se deparar com as mudanças de um tempo histórico em que imóveis vazios servem à especulação imobiliária em uma acumulação desumana, enquanto ocorre o surgimento de um contingente excluído do acesso à bens mínimos de existência:

O valor de uma casa em certos bairros de Paris é 1.000.000, não que nas suas paredes haja 1.000.000 em trabalho, mas porque está em Paris; porque desde séculos, os operários, os artistas, os pensadores, os sábios e os literatos tem contribuído para fazer Paris o que ela é hoje; um centro industrial, comercial, político, artístico e científico; porque tem um passado; porque as suas ruas são conhecidas graças à literatura, na província como no estrangeiro; porque é o produto de um trabalho de 18 séculos, de 50 gerações, de toda a nação francesa. Quem, pois, tem o direito de se apropriar da mais infoma parcela desse terreno ou da última das construções, sem cometer uma clamorosa injustiça? Quem tem o direito de vender, seja a quem for, a menor parcela do patrimônio comum? (Kropotkin, 2011, p. 59-60 *apud* Nascimento, 2014, p. 14).

Outra especificidade capitalista vem também de sua forma de colonização, uma vez que centrado, inicialmente, na Europa, expressa sua necessidade de expansão territorial para localizar novas possibilidades de acumulação capitalista que sejam eficientes à concorrência intercapitalista. Aníbal Quijano aponta uma divisão racial do trabalho, determinada pelos processos de colonização, delimitando o aspecto da *colonialidade do poder* no capitalismo mundial e abordando as formas de trabalho ocorridas nos países colonizados como inseridos na dinâmica do capitalismo mundial (ou seja, a escravidão, a servidão e a produção mercantil foram todas restabelecidas a partir de propósitos de uma dinâmica capitalista):

As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (Quijano, 2005, p. 118).

Assim, o etnocentrismo colonial, em conjunto com “a classificação racial da população do mundo depois da América” (Ibidem, p. 121), é expressão fundamental da dominação capitalista. Ao afirmar que “a modernidade foi também colonial desde seu ponto de partida” (Ibid., p. 125), entende-se que a dominação, nesse modo de produção, não é limitada estritamente à economia:

Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo (...) cada uma dessas instituições existe em

relações de interdependência com cada uma das outras (Quijano, 2005, p. 123).

Aqui, me valho de perspectivas decoloniais como importantes para questionar como o Estado passa a ser justificado como algo racional pela filosofia da sociedade moderna. Trago então, reflexões do professor Wallace de Moraes (2020) que, a partir de autores como Foucault, Mbembé, Fanon e o próprio Aníbal Quijano, destaca o papel do racismo como mecanismo fundamental do poder do Estado moderno - “não significa necessariamente e não se resume às discriminações étnicas, mas inclui o princípio da eliminação do outro, do adversário político, do explorado, da outra classe social, por meio da guerra” (Moraes, 2020, p. 13). Assim, destaca também o reconhecimento da sub-humanidade dos condenados da terra, a partir de Fanon (1968, p. 29 *apud* Moraes, 2020, p. 21):

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a cidade árabe pobre, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes.

2.3 Classes sociais e a camada dos miseráveis no capitalismo

Nessa configuração de totalidade constituída pela dominação capitalista, a forma social de produção divide a sociedade em classes sociais. Alguns autores, como Marx e Engels, discutiam em sua época que a burguesia e o proletariado são as duas classes fundamentais. Já Bakunin reconhecia a dominação das massas, ampliando a categoria para “o conjunto de classes exploradas e oprimidas, sendo elas: o proletariado urbano, o lumpemproletariado, o campesinato, e todos os demais setores marginalizados, em confronto direto com as classes dominantes” (Mirrajiz, 2018, p. 47). Ao mesmo tempo, reconhece-se que, como o valor é o elemento fundante da sociedade capitalista, ocorre que “Entre todas as relações sociais, é apenas a classe que envolve tanto a dominação quanto a exploração”⁹. Uma compreensão mais aprofundada sobre as classes será realizada mais adiante, ao analisar como as publicações selecionadas inserem a população em situação de rua nesse debate.

Por fim, é importante mencionar as mudanças na composição orgânica do capital, como abordado por Marx, como central no debate atual sobre o crescimento da população supérflua. De forma sintética, o desenvolvimento contínuo das forças produtivas com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho é uma tendência imanente da acumulação

⁹ Van Der Walt, 2009, p. 111 *apud* Corrêa, F., 2024, p. 3.

capitalista. Nesse processo, o desenvolvimento das forças produtivas conduz a uma automatização cada vez maior do processo produtivo, a partir do papel cada vez mais importante que o maquinário e a tecnologia ocupam. Em contrapartida, cada vez menos trabalhadores são necessários para produzir mercadorias e, portanto, cada vez menos indivíduos conseguem vender sua força de trabalho e reproduzir seus meios de existência. Esse aspecto, central para entender o crescimento de desempregados, desalentados, pauperizados, etc., constitui ponto aberto de discussão dentro do debate teórico que pretendo abordar no segundo capítulo.

Como indicamos no último tópico, ao separar violentamente os indivíduos dos meios de produção da vida social, permite estabelecer, em sua desumanidade, que um contingente necessário de pessoas não tenha acesso à reprodução da vida a partir do trabalho. Como Netto (2001, p. 43) expõe, ao falar sobre a “questão social”:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente.

Essa tendência fundamental agudiza-se conforme o capitalismo desenvolve suas forças produtivas, sempre no sentido de maximização da acumulação. Os capitalistas concorrem entre si por estratégias que permitam a valorização de valor em níveis cada vez maiores. Pereira (2007, p. 24), no trecho abaixo, apresenta a lógica desse processo:

Assim, temos que os capitalistas necessitam cada vez mais de uma redução no número de trabalhadores, mas que esses produzam em grande escala intensificando a quantidade de trabalho. Exigindo uma produtividade cada vez maior, com valor do trabalho igual ou até menor, há um aumento do capital global se comparado a uma produção com mais empregados, ou seja, mais capital variável com mais trabalho, porém com um número reduzido de trabalhadores. Ou seja, quando ocorre um aumento de produção, cresce a acumulação de capital e, também, os gastos com a produção, porém, com um número reduzido de trabalhadores, esses gastos aumentam com menos intensidade.

A construção indicada até aqui constitui característica inerente ao modo de produção e, assim, está dado que os indivíduos que dependem da venda da sua força de trabalho para possuir condições de vida dignas precisam se submeter às condições oferecidas pelos compradores de sua força de trabalho.

É preciso reconhecer a existência de uma questão social, como descrita acima, que alcançou visibilidade através da luta dos assalariados por melhores condições de vida e a redução da jornada de trabalho, estabelecendo garantias sociais e humanas importantíssimas

no tensionamento com a desumanização capitalista. Dejours (1992, p. 16), ao elaborar reflexões sobre a psicopatologia do trabalho, destaca que esse tensionamento criado pela luta de classes, no século XIX, obriga o Estado a se tornar o “árbitro necessário”, uma vez que “a organização dos operários confere, ao movimento de revolta, uma força que pode derrotar o poder do empregador isolado”. Assim, a partir de determinado período da história, a “luta de classes” passa também a ser um elemento constituinte do capitalismo, e como constituinte quero dizer que tanto a luta de classes altera o capitalismo substancialmente, como é alterada junto com ele. Inúmeras conquistas foram incorporadas à condição de assalariamento, como a diminuição das jornadas de trabalho, o auxílio em caso de doença que impeça o trabalho, períodos de descanso, entre outros. Ao mesmo tempo, pontuo como essencial entender que:

(...) o desenvolvimento capitalista não possui um caráter uno, mas dúplice. O mesmo processo que melhora em termos absolutos a condição de vida dos trabalhadores piora em termos relativos a sua posição com relação ao capitalista e à sociedade burguesa, uma vez que a ampliação do controle e o comando do capital sobre o trabalho aumenta o fosso que separa o trabalhador dos meios de controle da própria existência (Lima, 2024, p. 89).

Como indica Lima, a realidade social não é unilateral. Essa reflexão é pertinente, por exemplo, para se pensar nas metamorfoses dessa luta de classes até os dias atuais, e como a incorporação das reivindicações dos trabalhadores incorpora também esses trabalhadores na lógica capitalista de viver.

Exatamente pelas conquistas da classe trabalhadora assalariada e sua integração na universalidade política da democracia, aumentou-se a diferença entre esta e os miseráveis humanos sem trabalho. Historicamente, o “emprego” passou a significar o acesso a uma série de direitos e garantias sociais. Nesse sentido, os movimentos sociais passaram a reivindicar emprego pleno para todos (ainda que, como indicado anteriormente, pessoas desempregadas sejam parte essencial do sistema). À medida que a classe trabalhadora consegue, por meio de lutas sociais e organizações coletivas essenciais, inserir na configuração do Estado suas reivindicações, os afetados pelo pauperismo absoluto não acessam esses direitos.

Nesse sentido, o capitalismo gera uma separação entre os miseráveis capazes de trabalhar e os que são miseráveis pela incapacidade de realizar a atividade do trabalho. Nota-se, quando as sociedades estão incluindo o trabalho livre assalariado como forma hegemônica de relação, que os desempregados aptos ao trabalho passam a sofrer inúmeras represálias sociais, uma vez que há um forte marcador ideológico de uma moral que valoriza o trabalho como digno e engrandecedor - condenando os que podem trabalhar, mas não o fazem.

2.4 Supérfluos do mundo do trabalho, assistência social e população de rua

Paralelamente à sistematização, no Estado, de intervenções que garantam sobrevivência para a classe trabalhadora (jornada de trabalho, segurança no trabalho, descanso semanal, etc.), os excluídos do mercado de trabalho dependiam de um assistencialismo caritativo principalmente vinculado a instituições religiosas. O assistencialismo e a caridade crescem conforme aumenta o número de pessoas que não trabalham. A assistência para quem foi negado o “direito de trabalhar” racionaliza-se na universalidade estatal, e os níveis aceitáveis de indivíduos empobrecidos vão sendo alargados cada vez mais.

Conforme aumentava tendencialmente o peso do maquinário na composição orgânica do capital, o contingente de população supérflua - na definição de Marx como “uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital” (Marx, 2013, p. 462) exponencialmente aumentava, o que impactou também a imagem social do lumpemproletariado:

O questionamento sobre o que aconteceria com aqueles que não podiam trabalhar, não por incapacidade, mas, por falta de trabalho, representou o problema fundamental suscitado inicialmente pelo “mendigo válido”. A grande questão que se colocou foi “como transformar um mendicante de auxílios em um produtor de sua própria existência?” (Castel, 1998, p.93 *apud* Pereira, 2007, p. 38).

Desde então, inúmeras foram as formas de intervenção públicas e privadas, de caridade, de assistência e de repressão, direcionadas a esse grupo. O trabalho, central nessa sociedade, passa a ser almejado por esses indivíduos como forma de transformá-los em “produtores de sua própria existência”, como citado acima. Novamente, então, citamos Dejours (1992, p. 19), que ao analisar o contexto da Primeira Guerra Mundial até 1968, relembra que a conquista de direitos trabalhistas integra ainda mais essa classe às formas dominantes de reprodução social, na medida em que o Estado toma papel de interlocutor privilegiado. É possível contextualizar, então, o Estado de bem-estar social (“Welfare State”), primeiramente, como a curta e última fase do sistema que, por um momento extremamente favorável à acumulação de capital, além de características peculiares que não conseguimos aprofundar por completo nesse momento, permitiu a materialização do “pleno emprego”, a ampliação de direitos sociais, tendo ocorrido apenas na Europa e nos Estados Unidos, às custas da super exploração de trabalho nos países dependentes.

Nesse período, a “função integradora do trabalho na sociedade” e o “sistema de

proteção e garantias que foram vinculadas ao emprego” (Castel, 2000, p. 239-240 *apud* Pereira, 2007, p. 80-81) são uma tônica do setor progressista que permanece em voga até os dias atuais. Novamente, ressaltamos o caráter complexo e dialético da totalidade social, na qual não há significados unilaterais:

(...) a relação entre o desenvolvimento do capital e do trabalho se vê condicionada ao seguinte problema: a melhor situação possível do trabalho assalariado é o crescimento mais rápido possível do capital produtivo. Este por sua vez, à medida que cresce, aumenta seu controle sobre o conjunto da classe trabalhadora que, ao final do processo, se encontra ainda mais submetida ao controle capitalista e aos parâmetros do capital que antes (Lima, 2024, p. 56).

Entretanto, é preciso pontuar que essa sociedade salarial, “por um lado, não eliminou a desigualdade e a exploração e, por outro, estimulou o individualismo em decorrência da cristalização da gestão tecnocrática do social” (Pereira, 2007, p. 49). Aumenta também, como venho indicando, o abismo entre as condições de vida de quem trabalha e de quem não trabalha:

Castel avalia que, a partir desse ponto, há uma “metamorfose” em relação à questão anterior que se reduzia a identificar como um ator social subordinado e dependente poderia tornar-se um sujeito social pleno. A questão agora, segundo ele, é amenizar a presença desses “supranumerários” a ponto de quase apagá-la, fato que pode ser facilmente identificado nas políticas de inserção que são propostas pelo Estado.

A população supérflua, “sobrante” no mercado de força de trabalho, atinge quantitativos completamente novos na história da humanidade. Uma quantidade cada vez maior de pobres e miseráveis torna-se aceitável e, como processo de reprodução social, é naturalizado.

O fim do chamado “Welfare State”, na década de 1970, nos aproxima da realidade atual, pois marca a alteração na forma de acumulação capitalista predominante, que exige que o Estado direcione muito mais recursos para a valorização de valor pelo capital. É nesse momento que diversos autores passam a discutir uma crise permanente, estrutural, final (dependendo de quem analisa) do capitalismo, em que “o trabalho passa a ser o alvo principal da redução de custos” (Pereira, 2007, p. 51). A tônica do modo de produção, então, passa a ser ditada por características como:

Neste cenário, os investidores demandavam uma rápida atuação do Estado em seus possíveis mecanismos contra-tendências, ou seja, uma intensificação da exploração do trabalho, redução dos salários, crescimento do desemprego, barateamento dos custos dos bens de capital (subsídios etc.), ampliação dos mercados para o investimento privado (nas áreas de serviço, empresas estatais etc.) e maiores possibilidades de investimentos financeiros. A atuação do Estado no desmonte relativo do pacto do Estado de bem-estar social foi fundamental e, de fato, sua dimensão repressora não parou de crescer (Lima, 2024, p. 91).

Também nesse momento, em razão de uma expulsão de trabalhadores de postos de

trabalho que, de uma década para outra, perderam sua utilidade para o capital, cunha-se o termo “desemprego estrutural” a fim de definir o conjunto de processos que levam ao aumento massivo dos indivíduos da classe trabalhadora sem trabalho, com um contingente permanente nessa situação:

Desde o final dos anos 70, os sociólogos costumam falar de um desemprego tecnológico ou "estrutural". Isso significa que o desemprego desenvolve-se com independência dos movimentos conjunturais da economia e cresce até mesmo em períodos de boom. Nos anos 80 e 90, a base desse desemprego estrutural, de ciclo para ciclo, tornou-se cada vez maior em quase todos os países; em 1995, segundo números da Organização Internacional do Trabalho, 30% da população economicamente ativa de todo o mundo não possuía emprego estável (Kurz, 1996).

Em relação à América Latina, por exemplo, no qual o Estado de bem-estar social nunca existiu, Fernandes (1975, p. 27, grifos próprios) aponta, nesse período:

As estimativas demográficas para a região, em 1970, indicam uma população de quase 283 milhões. Todavia, uma grande parte dessa população pode ser considerada como *condenada pelo sistema*, pois carece dos meios para vender seu trabalho como mercadoria, ou só pode fazê-lo de maneira muito precária.

Segundo Nascimento (1994, p. 34), o crescimento exponencial de supérfluos passa a ser ditado, por revoluções científico-tecnológicas e sucessivas crises do capital, que passaram a ocorrer com um intervalo de tempo muito menor se comparado ao intervalo entre as crises capitalistas da fase passada. Nesse contexto estão também os imigrantes e refugiados, que na atualidade são tratados com extrema violência:

A multidão dos ameaçados pela fome nos países periféricos, os que abandonam suas casas e países às vezes sem poder levar nada, os grandes contingentes populacionais que vão em busca de uma vida melhor (ainda que seja uma vida humilhada) são milhões; estão em outros países e continentes, desenraizados, quase sempre tidos como indesejáveis e considerados párias nesses países ‘centrais’ e perigosa, os caminhos são difíceis, e milhares de pessoas morrem à míngua em barcos, em meio a transportes inapropriados ou simplesmente assassinados contrabandistas de carga humana (Castelo Branco, 2019, p. 78 *apud* Moraes, 2020, p. 17).

Em primeiro lugar, apontamos que o capitalismo reproduz excedentes da força de trabalho que não consegue absorver, em números relativos e absolutos. Em segundo lugar, que isso se agrava de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a cada crise descrita e com as revoluções tecnológicas e informacionais, a quantidade de postos de trabalho vem diminuindo consideravelmente. E que, por fim, o capitalismo precisa do desenvolvimento das forças produtivas para mitigar a perda de valorização representada pela diminuição da participação do trabalho vivo na composição orgânica do capital. Nos vemos diante da realidade de que a crise estrutural não possui caminhos para sua solução, além de agudizar ainda mais as contradições do sistema, enquanto populações inteiras são excluídas do acesso às mínimas condições de sobrevivência. Ana Elisa Corrêa (2024, p. 86-87) também

irá apontar que mesmo a chamada “superpopulação relativa” - cuja funcionalidade é identificada pela “garantia do rebaixamento do preço da mão de obra” e que “poderia ser reincorporada ao mercado de trabalho”, em momentos de expansão de mercado - altera-se substancialmente, na estrutura das relações sociais capitalistas, após a década de 1970:

Com a crise estrutural, fruto do aumento exponencial do trabalho morto em relação ao trabalho vivo e a impossibilidade de retomada de momentos de expansão sistêmica, inviabiliza-se a reprodução de um contingente numérico gigantesco de força de trabalho desempregada. Assim, essa superpopulação se torna *absoluta*, isto é, um grande setor permanentemente excluído dos postos de trabalho formais e nunca absorvido como mão de obra ‘útil’ à produção de valor.

Destaco, então, como o modo de produção capitalista, cuja gênese foi abordada no início deste capítulo a partir da constituição de sujeitos centrais como o trabalhador assalariado, o capitalista e a luta de classes, apresenta-se, na atualidade, de modo tão diferente - mesmo considerando-se que as relações sociais determinantes de sua origem não sofreram transformações essenciais. A maior parte da “classe trabalhadora”, (termo que começa também a ser questionado em sua validade teórica para analisar a realidade recente) atual posiciona-se no trabalho informal, distante de vínculos empregatícios tradicionais; o Estado, que nos séculos passados era foco de debates, por parte das classes dominadas, sobre a necessidade de uma estratégia que dispute espaço dentro dele, atualmente inclina-se para uma tendência global de totalitarismo, enrijecendo os espaços de participação democrática; e, por fim, delimita-se a tendência geral de flexibilização e desregulamentação de direitos sociais relacionados às condições de trabalho.

Assim, tudo indica que esgotaram-se as possibilidades de ocorrência de novas ondas expansivas capazes de absorver a massa desempregada. Nessa tônica, alguns autores marxistas questionam a “herança da classe proletária e sua função histórica” (Corrêa, A. E. C., 2024, p. 84), ainda que décadas de lutas tenham sido essenciais para o tensionamento do sistema. Ao recapitular as mudanças nas estruturas de classe diante da crise, Ana Elisa Corrêa (2024, p. 79) aponta, em primeiro lugar, o “aburguesamento e domesticação da classe operária”, exatamente por sua integração ao sistema (como já comentado acima), e o aumento da concorrência dentro da classe trabalhadora, como definitivos para a alteração das possibilidades da luta de classes como transformação histórica. A autora também contextualiza os teóricos, como Ricardo Antunes e Ruy Braga, que realizam um “esforço para identificar quais seriam os setores produtores de valor” (Corrêa, A. E. C., 2024, p. 80) e ampliar o conceito clássico de classe trabalhadora. Apresentamos aqui as reflexões da autora, baseadas em E. P. Thompson:

Ainda que se amplie os conceitos para todo os recantos possíveis, a realidade parece escapar pelas bordas, mergulhados que estão os produtores de valor em um mar de trabalhadores improdutivos, informais e desempregados crônicos. Partimos, portanto da noção de que a classe trabalhadora é constituinte e constituída no processo histórico, de modo que qualquer análise que parta de categorias previamente definidas seria uma repetição de formas que não necessariamente correspondem à realidade concreta, a qual se encontra em movimento permanente (Corrêa, A. E. C., 2024, p. 81).

Por fim, podemos concluir que:

Com o passar do século, o fenômeno do neoliberalismo na década de 90 conduziu a novas terminologias para analisar esse lumpemproletariado, como hiperprecarizados, população em situação de rua [os homeless], refugiados imigrantes, desabrigados, outsiders e desviantes, todos conceitos importados e criados para a sociologia contemporânea (Mirrajiz, 2018, p. 58).

Ou seja, a produção de supérfluos é resultado de uma forma de organização social que não se pauta em necessidades humanas, mas em necessidades de acumulação de mais valor. O permanente aumento do número de indivíduos vivendo na rua, como que “deslocados” da reprodução social, é uma expressão incontornável da centralidade do trabalho nessa sociedade. Assim, em todos os centros urbanos (e não mais apenas nas grandes metrópoles), esses indivíduos compõem o cenário e a rotina das relações sociais.

Nesse sentido, damos destaque à elaboração de Marx, especificamente em *O capital*, das tendências e funcionamentos internos da acumulação de mais valor. A partir deste (o mais valor), advindo da abstração do caráter útil dos trabalhos humanos, é possível compreender melhor as amarras capitalistas que todos sentimos na vida cotidiana. Para além disso, é possível compreender como as vidas humanas passam a ser regidas em função dessa acumulação de mais valor e, em razão dela, uma parcela significativa da população deve viver em condições deploráveis.

3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DE PESQUISAS NO SERVIÇO SOCIAL

*Os pobres e os assistentes sociais sabemos alguma coisa sobre este tema pobreza. Os pobres, principalmente, porque são pobres, e os assistentes sociais por trabalharmos predominante e cotidianamente com os efeitos e as diversas e entrecruzadas manifestações que derivam desse cruel e amplo fenômeno.*¹⁰

A partir de duas pesquisas de diferentes programas de pós-graduação da área de Serviço Social, realizo, neste capítulo, um esforço para interpretar a abordagem teórica acerca da população em situação de rua diante da configuração atual do mundo do trabalho. Esse tema vem apresentando um número crescente de pesquisas na área do Serviço Social ao longo dos últimos anos. A crescente preocupação da área com a população em situação de rua ocorre a partir do momento em que esse grupo se torna público das políticas sociais e passa a ser reconhecido como uma das mais expressivas faces da questão social na atualidade.¹¹ Assim, entende-se que compreender a realidade concreta da população em situação de rua, desde os debates mais abstratos até os que abordam elementos mais particulares da subjetividade e objetividade da vida desses indivíduos, são imperativos que colocam-se para essa área do conhecimento: “É por isto que propomos a análise e discussão profundas destas temáticas - não para imobilizarmos a ação (que reclamamos como urgente), mas precisamente para que essa ação sirva e se dirija para o próprio sentido que lhe desejamos imprimir” (Alayón, 1995, p. 15).

O capítulo estrutura-se da seguinte forma: apresento um tópico para cada uma das duas pesquisas analisadas: “Mal-estar na civilização putrefata: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana” de Fábio da Silva Calleia e “Acumulação de capital e superpopulação relativa: o caso da população em situação de rua” de Leticia Gabrielle Costa Passos. Apresento o fio condutor de cada texto, redesenho os argumentos de cada autor e procuro pincelar algumas reflexões sobre elas. Já no tópico 2.2, traço paralelos, intersecções e debates comuns a ambos os autores, de forma a traçar hipóteses de como a população em situação de rua pode ser compreendida teoricamente.

¹⁰ ALAYÓN, Norberto. Assistência e assistencialismo - controle dos pobres ou erradicação da pobreza? 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

¹¹ “E agudizando-se a problemática social por causa de salários baixos e o desemprego, não cabe ao Serviço Social entender essa causalidade, levando em conta que trabalhamos com os problemas sociais dos setores populares?” (Alayón, 1995, p. 23)

3.1 “Mal-estar na civilização putrefata: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana” de Fábio da Silva Calleia

A pesquisa “Mal-estar na civilização putrefata: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana”, da autoria de Fábio da Silva Calleia, tem como objetivo “analisar a expansão dos supérfluos na contemporaneidade como consequência da Lei geral da acumulação capitalista advinda da relação entre capital e trabalho” (Calleia, 2025), tendo como objeto a população em situação de rua. Seu trabalho possui um caráter amplo e abrangente, buscando uma análise da totalidade da situação das populações supérfluas no capitalismo atual. Nesse sentido, afirma não ser parte de seu propósito abordar particularidades de determinados países em relação a esse grupo.

Sua contextualização parte do debate da crise do capital na atualidade e da contradição capitalista relacionada à diminuição do papel do trabalho vivo na produção, a partir de autores como Robert Kurz, Moishe Postone e Marildo Menegat. O autor recorre diretamente à Marx durante todo o texto, considerando a lei geral da acumulação capitalista. Ao final da investigação, o autor propõe novos questionamentos sobre os rumos da sociabilidade capitalista.

Como parte inicial de seu primeiro capítulo, Calleia constrói um debate com Piketty, utilizando dados publicados por este teórico em seu livro “O Capital no século XXI”, sendo “Um anti-Marx para comprovar Marx” (Calleia, 2025). O autor francês, ao trazer dados, tabelas e gráficos atualizados e globais “dá um salto monumental para explicitar o crescimento da desigualdade demonstrando onde está a riqueza” (Calleia, 2025, p. 53), mas peca na “perspectiva de totalidade que falta para a análise dos dados de Piketty” (Ibidem, p. 54).

Além dos dados, extremamente úteis à análise da totalidade mundial do capitalismo, a construção dessa parte do texto envolve o questionamento acerca de soluções dadas por Piketty para enfrentar o aumento da desigualdade enquanto aumenta a concentração de riqueza. Entre essas soluções, destaco a colocação da necessidade de “existência de instituições específicas, e não apenas nas forças do progresso tecnológico e do mercado” (Piketty, 2014, p. 100 *apud* Calleia, 2025, p. 60) para regular o crescimento da desigualdade, pois o crescimento econômico é insuficiente para isso. Calleia argumenta, então, que o autor propõe caminhos tomados atualmente por setores progressistas (como a defesa do emprego

pleno, comentado rapidamente no primeiro capítulo), os quais não são vislumbrados atualmente como possibilidade concreta de realização. Mesmo com as crises, de acordo com os gráficos de Piketty, o capital privado “passou de cerca de 200-300% da renda nacional no início do século XX para mais de 600% no início do século XXI” (Ibid., p. 62). Ou seja, esse aumento foi verificado mesmo após os “anos de ouro” do capitalismo e o início da chamada crise estrutural. Em Piketty, está representada “a crença de que o Estado é um caminho para redução da desigualdade” e a “utópica tentativa de humanização do capital” (Calleia, 2025, p. 68), que são contrapostas à lei geral da acumulação capitalista de Marx, na medida em que ignoram que, enquanto o trabalho alienado permanecer, a produção de miseráveis permanecerá: “Se na essência do movimento do capital explicamos que existe um DNA de crise que corre em suas veias podemos desde já refutar as propostas de ‘consertar’ as consequências do seu movimento através de uma mera tarefa redistributivista” (Ibid., p. 113).

Cabe abordar aqui uma concepção importante para as bases teóricas de Calleia: a concepção de barbárie sumarizada por Marildo Menegat (mas também trabalhada por outros autores) de que “o capitalismo nunca descartou aquela violência extra-econômica que o trouxe ao mundo” (Botelho, 2007, p. 105), ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas desenvolveu também novas formas de violência, acompanhada de um aparato jurídico que abstrai essa violência, mas a acompanha em sua repressão:

No artigo *Civilização em excesso* será usada exatamente essa expressão (...) para demonstrar como a dinâmica avassaladora de desenvolvimento das forças produtivas, inerente ao capitalismo, constitui a sementeira da nova barbárie, isto é, como o acúmulo da força civilizatória produz, em determinadas condições, a necessidade de sua destruição (eliminação do capital instalado em épocas de crise) ou como o excedente tecnológico, em condições de crescimento acelerado, é desviado para a guerra (o famoso complexo industrial-militar). Portanto, conceitualmente – e essa é a grande contribuição do livro para a crítica do capitalismo –, o conceito de barbárie corrige o otimismo marxista em relação ao desenvolvimento das forças produtivas (Botelho, 2007, p. 105, grifos próprios).

Ainda no primeiro capítulo, Calleia constrói um “anacronismo aparente da barbárie”, utilizando principalmente o livro de Engels “A situação da classe trabalhadora da Inglaterra” e o livro de Davis “Planeta Favela”. Calleia afirma que o anacronismo é aparente pois, apesar dos distintos patamares de desenvolvimento técnico do modo de produção, da luta de classes e do trabalho serem extremamente diferentes em cada tempo histórico (de Engels, de Davis e do autor da pesquisa), as condições de barbárie permanecem constantes. Estabelece-se que a fundação das relações sociais permanece a mesma e, com isso, reafirma a Lei geral da acumulação capitalista de Marx:

(...) apesar da sua distância histórica, carregam consigo de forma transparente e

cristalina a factibilidade da Lei geral da acumulação capitalista, principalmente no doravante daqueles que carregam o martírio de possuírem apenas força de trabalho ou nem isso. E uma outra indicação essencial: O tempo é crucial e nada anacrônico, ou seja, o capitalismo do final do século XX e do século XXI com todas as suas revoluções científicas e tecnológicas tornam a barbárie de nosso tempo ainda mais irracional (Calleia, 2025, p. 74).

Ao mesmo tempo, pode-se refletir que o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo não significa alterações positivas na desumanização, na repressão e na violência promovida por esse sistema a uma parcela significativa da humanidade e, portanto, questiona-se a noção de progresso no capitalismo. Cabe destacar, ainda assim, que o autor reconhece que:

A crise humanitária relatada por Engels no século XIX é extremamente diferente da crise humanitária que vivemos hoje refletida no imenso contingente de forças de trabalho (mercadorias) supérfluas que insistem em sobreviver em um mundo que não mais as atura em sua essência automatizada (Calleia, 2025, p. 113).

Isso explicado, entende-se que compreender a atualidade da pobreza extrema no capitalismo envolve notar que uma condição essencial dessa sociedade é o trabalho assalariado que submete inúmeros indivíduos aos baixos rendimentos e às condições deploráveis de existência. Não é preciso, nessa sociedade, ser supérfluo ou desempregado para lidar com a fome, moradias precárias e adoecimento físico e mental.

Nesse sentido, em uma das citações de Engels, o autor nos traz uma descrição que se assemelha à atualidade, ainda que tenhamos passado por todo um processo político que alterou substancialmente o reconhecimento dos direitos humanos nas instituições sociais. Nesse trecho, Engels fala de indivíduos assalariados:

A sociedade, inteiramente atomizada, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes a necessidade de prover suas necessidades e as de suas famílias, mas não lhes oferece os meios para que o façam de modo eficaz e permanente. (...) A classe operária das grandes cidades oferece-nos, assim, uma escala de diferentes condições de vida: no melhor dos casos, uma existência momentaneamente suportável – para um trabalho duro, um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável (do ponto de vista do operário, é evidente, isso é bom e tolerável); no pior dos casos, a miséria extrema – que pode ir da falta de teto à morte pela fome; mas a média está muito mais próxima do pior que do melhor dos casos (Engels, 2010, p. 115-116 *apud* Calleia, 2025, p. 84).

A política de assistência social brasileira (que propõe-se a garantir o atendimento às necessidades básicas), pode ser apontada como um exemplo de que a sociedade imputa aos indivíduos pobres “a necessidade de prover suas necessidades” sem “os meios para que o façam de modo eficaz e permanente”. Isso porque, pode-se notar na literatura da política oficial, ao estabelecer como quarto princípio “a centralidade na família” (Brasil, 2005, p. 31), a concepção de que a assistência deve auxiliar os indivíduos a desenvolver as potencialidades

individuais e de suas famílias. Na prática, foca nos problemas de autogestão das famílias pobres, de forma que “as imposições que derivam da organização e da totalidade da vida social subordinada ao capital transfiguram-se em possibilidades, em escolhas que supostamente os sujeitos podem fazer” (Silva, 2019, p. 41). Esse processo fetichiza os impactos da lei geral da acumulação capitalista na produção da pobreza, como a pesquisa em foco busca trabalhar, permeando “discursos sugestivos de que a situação de miséria e várias outras consequências de um não-sucesso individual são frutos de causas diversas nunca direcionadas ao cerne do modo de produção” (Calleia, 2025, p. 77).

Esbarramos novamente, nesse sentido, nas propostas de Piketty para diminuição da desigualdade e de reformas no interior do sistema. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas prova sua necessidade de acumulação de mais valor ao fixar cada vez mais pessoas na condição de pobres, ainda que submetidos a alguma relação de venda da força de trabalho, à beira de se tornarem supérfluos.

A funcionalidade dos supérfluos para o capitalismo, segundo Calleia, ainda existe, porém a produção de supérfluos atinge hoje uma escala inimaginável, refletindo a descartabilidade da mercadoria força de trabalho nessa configuração atual. Reproduzo, aqui, uma citação longa, mas que apresenta uma argumentação central do autor:

Não se trata mais da miséria dos expulsos dos campos no Reino “Unido”; da miséria da fome por questões de forças produtivas incapazes de alimentar o mundo; da miséria da escassez; a miséria de hoje está intrinsecamente relacionada à parca necessidade que o capital possui em consumir a mercadoria força de trabalho. Todas as suas revoluções – da primeira à quarta – promoveram o saldo catastrófico de um contingente inimaginável de supérfluos. O pauperismo – última camada da superpopulação relativa – é hoje global e, seu crescimento consegue, mesmo diante de inúmeros episódios de violências, fome, precárias condições de saúde e até de doenças dizimadoras tais como a AIDS, o cólera e a mais recente Covid19, alargar sua base em ritmo e proporções avassaladoras. Ainda assim essas consequências avassaladoras à humanidade são levadas a todo o momento para outro plano, no debate ideopolítico, sempre muito distante do seu atrelamento ao modo de produção (Calleia, 2025, p. 99-100).

O autor aponta que o desenvolvimento das forças produtivas (que, no capital, é ininterrupto), em um movimento agora global, diminui o número de postos de trabalho, de forma permanente, sem ondas de expansão que poderiam absorver a parte desocupada da população mundial.

Outro fio condutor da argumentação de Calleia é a crise estrutural do capital, atrelada então à crise do trabalho no capitalismo. Busca, em seu segundo capítulo, o período histórico

em que a desmedida do capitalismo amplia suas consequências para o trabalho, indicando que “é na forma tautológica de transformar valor em mais valor que reside o colapso civilizatório” (Calleia, 2025, p. 17). Os principais autores utilizados são Jorge Grespan, especificamente a obra “O negativo do capital - O conceito de crise na crítica de Marx à economia política”, e Moishe Postone - em “Tempo, trabalho e dominação social”. Nesse movimento, o autor busca desmistificar a “ideia positiva do trabalho”, posicionando-se, a partir de Postone, contra uma abordagem do trabalho como elemento trans-histórico do ser social.

Partimos agora para o fetichismo do capital a partir de Grespan, que por sua vez parte de Marx. Retomando o processo de abstração do valor de uso das mercadorias - sendo a principal delas a abstração do caráter útil do trabalho - entende-se que o capital organiza as relações humanas “como um poder que escapa às suas vontades e consciências individuais”, ou seja, como um “sujeito automático” (Grespan, 2011, p. 109-110 *apud* Calleia, 2025, p. 104). Calleia dialoga com Grespan a partir da noção de “desmedida do capital”, para indicar que o movimento de acumulação não possui “uma referência externa ao capital para determinar a magnitude de sua acumulação” (Grespan, 2011, p. 114 *apud* Calleia, 2025, p. 105). E, por fim, Calleia (2025, p. 107) trabalha com categorias marxianas para indicar como “esse mesmo movimento do capital que efetiva a subsunção do trabalho ao capital e que aponta sempre para frente” elimina cada vez mais força de trabalho do processo de produção, sendo então um dos fundamentos da crise. Assim, o autor desenvolve teoricamente o processo de concorrência capitalista, a relação entre queda da taxa de lucro e aumento da exploração da força de trabalho, aumento da taxa de mais-valor e a necessidade de um contingente menor de trabalhadores nesse processo, diminuindo o papel da força de trabalho na acumulação.

Interessa-nos aqui a “descartabilidade de uma massa considerável de mercadoria força de trabalho” (Calleia, 2025, p. 111) como resultado do desenvolvimento das tecnologias da última geração. Dada a atual crise de empregabilidade, “Ser explorado pelo trabalho torna se, então, absurdamente, um luxo para poucos e privilegiados e a desumanização advinda desta lógica produtiva segue seu curso implacável” (Pereira, 2013, p. 59 *apud* Calleia, 2025, p. 114). O autor afirma que a impossibilidade de esses excluídos do mercado da força de trabalho serem contratados (explorados) torna-se central nas políticas sociais direcionadas aos *superfluos*.

Destaco também esse posicionamento do pesquisador:

Sob a égide desse sistema é um equívoco o entendimento que exista uma oposição entre capital e trabalho. Ambos atuam em prol e para o funcionamento do ser automático tornando-se categorias complementares, mesmo sob uma relação de subordinação. Ou seja, existem contradições, mas nunca oposição (Calleia, 2025, p. 107).

A partir de Scholz em *O ser-se supérfluo e a “angústia da classe média”*, e fazendo coro com a reflexão realizada até o momento, de aumento da concorrência dentro da classe trabalhadora, do sobretrabalho e do papel dos supérfluos nessa pressão para que os trabalhadores aceitem condições cada vez mais exploratórias de venda da força de trabalho, Calleia (2025, p. 123) afirma que “a luta de classes não se coloca mais em nosso horizonte no real”. O autor questiona a viabilidade material de afirmar uma oposição entre os interesses das duas classes fundamentais (burguesia e proletariado) para analisar a atualidade. Aqui, é importante considerar que o autor realiza essa crítica do ponto de vista marxista, não se aproximando de outros autores que rejeitam essa tradição teórica. Assim, coloca no horizonte de discussão teórica a ideia de que a própria luta de classes passou a ser parte da fetichização do capital. Impõe-se pensar, então, qual a imagem social da população em situação de rua para as relações sociais capitalistas, quais as possibilidades de defesa de um agenda coletiva baseada na luta de classes, no atual cenário de crise estrutural do capital:

Ao contrário, na medida em que as revoluções tecnológicas e científicas espalhadas por todos os cantos apresentam um ponto de interrogação na permanência de uma gama de trabalhadores em seus postos de trabalho, a tendência crescente dessa massa de empregados, utilizando ainda um termo da autora, é de enxergar nos extratos mais baixos da população tanto no exército de reserva de desempregados quanto também em uma população supérflua como adversários na disputa cruel de manutenção de um determinado grau de qualidade de vida (Calleia, 2025, p. 125).

Calleia aprofunda-se na construção de Postone, cuja tônica é pautar que Marx indica, em seus escritos, que o trabalho assalariado é específico do modo de produção capitalista e não trans-histórico:

(...) é justamente nessa linha de análise que seguimos o autor em sua crítica ao que ele chama de marxismo tradicional e sua crença infundada na valorização (do valor de troca!) da classe trabalhadora e em mecanismos melhores da distribuição da riqueza miserável produzida (Calleia, 2025, p. 130).

Postone destaca que a dominação no capitalismo torna-se impessoal e abstrata. Tomando essa afirmação como base, Calleia critica a valorização positiva do trabalho (e do trabalhador) como caminho para realizar uma crítica do capitalismo. Conforme o autor, o problema não está apenas na apropriação privada do produto desse trabalho, mas na própria forma de produção industrial. Portanto, uma transformação radical do capitalismo deve

suprimir o modo de produção capitalista e não apenas distribuir de forma mais equitativa os seus produtos. Assim, a defesa de reformas distributivas dentro do sistema, na verdade encobre a lei geral da acumulação capitalista.

Para além de detalhar a concepção dos autores base para a pesquisa em foco, destaco aqui o papel dessa construção teórica para seu fio condutor:

A verdadeira crítica a sociedade mega produtora de supérfluos deve se voltar exatamente a sua raiz com necessidade insana de produção de valor, pois é exatamente neste cerne que se encontra a fundação desta sociedade tal como ela é (Calleia, 2025, p. 128).

Calleia sugere então, novamente, uma crítica à possibilidade de reformas dentro do capitalismo, chamando atenção, desde Piketty, para como “discute-se a plenos pulmões de que mais Estado, mais políticas, mais serviços e mais ações se faz necessários para ‘transformar’ essa realidade” (Ibid., p. 138), reafirmando que são os fundamentos dessa sociedade, apontados nas linhas anteriores, que devem dar o direcionamento para a crítica atual do sistema.

No quarto capítulo, o autor resgata dados mundiais publicados pelo site Our World in Data, projeto pertencente ao Global Change Data Lab, que apresenta dados advindos de pesquisadores e dados oficiais de países sobre problemas mundiais; pela Organização Internacional do Trabalho (OIT); pela Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras fontes de dados internacionais que permitem discutir a situação atual dos supérfluos no capitalismo. Seu objetivo nessa parte da reflexão é:

avaliar a essência dos fatos que nos levam a consequência imperativa de que a tendência em referência ao aumento significativo dos supérfluos em todo o mundo decorrente do “progresso” contínuo do movimento do capital nos leva a um único caminho que é a expansão da barbárie (Calleia, 2025, p. 146).

O autor aponta a falta de dados sobre a situação da população em situação de rua a nível mundial. Dito isso, são apresentados gráficos que comparam temporalmente indicadores de pobreza mundial. Primeiro, o autor compara número absolutos da população mundial em extrema pobreza em 1993 e em 2019:

A comparação dos gráficos 1 e 2 e dos gráficos 3 e 4 nos dão a mesma aparência de uma tendência crescente de redução da extrema pobreza em diversas partes do globo. Já o gráfico 5 nos apresenta que os números mundiais do início da década de 90 uma população em extrema pobreza de mais de 2 bilhões de pessoas (aproximadamente 37%) consegue em um curto espaço de tempo reduzi-la para “módicos” 685 milhões (inferior a 9%) já em 2019 (Calleia, 2025, p. 151).

A pobreza mundial é também apresentada em indicadores de renda e subnutrição, ambos revelando resultados “positivos” (ou seja, aumento da renda e diminuição da

subnutrição). Esses resultados são questionados, então, a partir de um conceituado economista do Banco Mundial, uma vez que observa que tal avanço não reflete de fato uma melhoria significativa nas condições de vida (Calleia, 2025, p. 155), pois há “redução do número de pessoas que vivem perto do piso de consumo, em vez de aumentar o nível desse piso” (Ravallion, 2016, p. 24 *apud* Calleia, 2025, p. 156).

O autor retoma então seu fio condutor de possíveis soluções para esse cenário, e utiliza autores do Serviço Social para indicar como:

Essas análises convergem para mostrar que os avanços nos indicadores globais coexistem com uma tendência dialética ao aumento da pobreza relativa. Embora menos pessoas vivam abaixo da linha internacional de pobreza extrema, muitas permanecem em condições vulneráveis logo acima dela. Além disso, crises econômicas ou ambientais podem rapidamente reverter esses “ganhos” obtidos. Essa dinâmica evidencia que as soluções encontradas são insuficientes para superar os problemas globais; ao contrário, elas perpetuam um ciclo vicioso que ocultam a raiz da desigualdade (Calleia, 2025, p. 158).

Continuando sua análise de indicadores, o autor resgata agora dados que apontam que o desemprego global diminuiu, mas que a pobreza relativa permanece crescendo no cenário do desenvolvimento atual das forças produtivas, apesar das medidas paliativas para lidar com a pobreza absoluta:

E em relação ao trabalho – apesar de informal, adoecedor físico e mental, com menos direitos e com a tendência de aprisionamento da força de trabalho por cada vez mais anos devido ao excelente progresso que estendeu a nossa expectativa de vida – também precisamos encontrar a felicidade já que menos pessoas estão no precário “mundo inferior” a este “maravilhoso mundo” que faz a economia do capital girar (Calleia, 2025, p. 160).

Antes de abordar a população em situação de rua em si, o autor aborda os refugiados, uma vez que estes também indicam que “O que Marx descrevera no capítulo 24 do livro 1 do capital também continua a acontecer em larga escala ganhando novos desenhos” (Calleia, 2025, p. 95). Baseado em Kurz, discute como houve uma diferenciação com as migrações “cultivadas” (Ibidem) na constituição da lei geral da acumulação capitalista no início desse modo de produção; atualmente, as migrações ocorrem como expressão de um contexto em que “o sistema como um todo já não possui mais a ânsia de sua jovialidade de outrora em consumir a mercadoria especial força de trabalho” (Ibid., p. 97). Enquanto isso, os Estados que recebem migrantes “são estruturalmente incapazes de assumir a reprodução dessas populações sem se desviarem das ações prioritárias para o capital em crise – como a alimentação do capital financeiro” (Arbia, 2015, p. 151 *apud* Calleia, 2025, p. 164).

Segundo Calleia, o aumento exponencial da população em situação de rua (PSR) no

mundo, encontra-se vinculado ao aumento do número de refugiados e deslocados forçados. Após a imigração, muitos tornaram-se pessoas em situação de rua. O autor chama atenção para a contagem da PSR no nível global, pois esta aumenta mesmo quando “o contingente populacional dos campos de refugiados no mundo não são contabilizados para estatísticas de pessoas em situação de rua no Globo” (Calleia, 2025, p. 169).

Entre as principais reflexões de Calleia, interessa-nos destacar as seguintes afirmações do autor: primeiro, que o crescimento da PSR não é característica de países periféricos, mas global. Ela encontra-se, atualmente, em todos os centros urbanos e, mesmo nos países que acreditavam ter “erradicado” a PSR, com políticas sociais bem estruturadas, assistem o seu retorno em quantidades alarmantes. Outro questionamento parte do parâmetro para avaliar o crescimento do número de miseráveis no sistema capitalista, uma vez que pessoas em situação de rua também são possuidoras “de uma grande quantidade de mercadorias” (Ibidem, p. 172) e que, no Brasil, as pessoas em situação de rua que recebem o benefício mensal Bolsa Família já não são classificadas no nível de extrema pobreza.

Por fim, o autor caminha para reflexões acerca do mundo do trabalho, que serão detalhadas no próximo tópico deste segundo capítulo, a fim de não tornar a leitura cansativa e para que seja abordada em conjunto com as reflexões da segunda publicação analisada.

3.2 “Acumulação de capital e superpopulação relativa: o caso da população em situação de rua” de Letícia Gabrielle Costa Passos

A dissertação “Acumulação de capital e superpopulação relativa: o caso da população em situação de rua” de Letícia Gabrielle Costa Passos foi publicada em 2023. Seu problema de pesquisa é descrito como: “qual a relação entre o fenômeno população em situação de rua e o processo de acumulação de capital, tendo por base a obra *O Capital* de Karl Marx?” (Passos, 2023, p. 17). Seus objetivos específicos são:

I) problematizar o processo de acumulação capitalista associado ao processo de exploração da classe trabalhadora; II) investigar a origem e a funcionalidade da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; e III) analisar a população em situação de rua no Brasil, destacando particularidades do fenômeno em Natal/RN (Passos, 2023, p. 17).

Para isso, estrutura a dissertação em três capítulos: o primeiro, para falar de “Acumulação capitalista e exploração da classe trabalhadora”, apreende de forma detalhada a

pré história do capitalismo como “marco para a produção e reprodução acelerada de pessoas em situação de rua” (Passos, 2023, p. 22), abordando por fim a estruturação do modo de produção a partir d’O Capital, de Marx. O segundo, para abordar especificamente a categoria superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva), indicando a população em situação de rua como parte da camada estagnada desta, quando não são parte do lumpemproletariado. Por fim, o capítulo 3, “Do exército industrial de reserva ao lumpemproletariado: o caso da população em situação de rua”, aborda a discussão a partir das transformações no mundo do trabalho capitalista, e busca reforçar a concepção desse grupo como:

(...) trabalhadores aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado, damos destaque na última seção à discussão sobre os caminhos possíveis de venda da força de trabalho das pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento (Passos, 2023, p. 21).

É interessante notar que dois autores das pesquisas aqui analisadas compartilham categorias da crítica da economia política de Marx, em O Capital, e partem da mesma forma de exposição: no capítulo inicial contextualizam categorias mais abstratas, como valor e valor de uso, trabalho abstrato e concreto, composição orgânica do capital, concorrência intercapitalista, entre outras, para então partir para o debate do objeto. Nesse sentido, é possível refletir como a população em situação de rua reafirma a lei geral da acumulação capitalista, e como o entendimento de sua existência intrínseca ao sistema envolve o retorno aos fundamentos iniciais.

Outro ponto que é marcado pela autora é a utilização do termo população em situação de rua segundo a elaboração de Maria Lucia Lopes da Silva, em sua dissertação “Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil: 1995-2005” - a qual é utilizada como referência base por Passos:

Nesta pesquisa, a expressão população em situação de rua se alinha à perspectiva teórico-crítica que adotamos. Isso porque consideramos que o uso da rua como lugar de moradia e meio de subsistência, de forma provisória ou permanente, é um fator condicionado pelo sistema capitalista, o que reforça a apreensão de que o fenômeno em análise é produto histórico do capitalismo (Passos, 2023, p. 14).

A autora contextualiza que a utilização desse conceito nos marcos legais de políticas direcionadas a esse grupo parte dessa concepção, mas que há autores que a utilizam no sentido de indicar que essa situação é temporária (ou seja, a pessoa não é moradora de rua, ela está temporariamente nessa situação). Entretanto, Passos afirma que “tal expressão deve se referir a uma situação advinda da estrutura social do capitalismo, a partir da formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, e não apenas de perdas ou

infortúnios das pessoas em condição de rua” (Ibidem).

Nesse sentido, a autora aponta que o perfil predominante dessa população não indica a situação como temporária. A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2009, p. 88) apresenta como resultado que “Quase metade da população em situação de rua (48,4%) está há mais de 2 anos dormindo na rua ou em albergue e cerca de 30% está dormindo na rua há mais de 5 anos”. Para dar outros exemplos, haja vista a pesquisa nacional ser antiga, o Censo e Diagnóstico da População em situação de rua de Juiz de Fora, datado de 2023, indica que “Duas de cada três pessoas (66,3%) estão a mais de um ano dormindo nas ruas, sendo 39,5% a mais de 5 anos” (Pereira *et al*, 2023, p. 52). O Censo de Recife, também de 2023, mostra o mesmo resultado: “Aproximadamente 19,8% viviam entre 1 e 3 anos nas ruas; 13,9% vivem entre 3 e 5 anos; e 35,5% há mais de 5 anos na mesma situação” (Miranda *et al*, 2023, p. 31) - nesta pesquisa, também é interessante o dado “Já deixou de viver nas ruas e depois retornou?”, sendo 54,90% para “não” e 43,30% que já saíram da situação de rua e retornaram, indicando um cenário de “reincidência” para a situação de rua. A construção teórica apresentada por Passos, então, reforça que viver nas ruas é uma condição complexa, produzida pelas relações sociais, que não pode ser explicada unicamente por aspectos individuais.

A exposição inicial da autora parte do estudo de Marx sobre a acumulação primitiva na Inglaterra. Contextualiza, a partir de Huberman, a crise final do feudalismo, detalha aspectos históricos, como alguns aparatos que procuraram dar proteção aos camponeses diante da expropriação maciça e violenta, que não lograram sucesso. Nesse momento, ocorria a generalização das trocas como relação social e a centralização do poder no dinheiro. Mas já nesse momento os níveis de pobreza e miserabilidade eram sentidos socialmente como elementos qualitativamente novos.

Até as cidades foram reformuladas de forma qualitativamente distinta para que a nova sociedade capitalista pudesse nascer. Os pontos aqui sublinhados são abordados por Passos de forma detalhada, desenvolvendo múltiplos aspectos desse período de transição, que não serão transpostos para esse trabalho. Interessa aqui como os processos da Reforma Protestante e da Revolução Gloriosa contribuíram para a instituição geral da propriedade privada para lucro. Ao mesmo tempo, a partir de mecanismos como a “Lei dos Pobres” (Passos, 2023, p. 30) e a construção ideológica voltada para a obrigatoriedade do trabalho produtivo, uma vez que esta lei “decretava a obrigatoriedade ao trabalho, colocando-os nas chamadas workhouses para a prática de trabalho forçado, compulsório”. Por fim, a autora permite refletir sobre como esse

longo processo histórico de constituição do trabalho como conhecemos hoje foi dependente de uma violência extra-econômica intensa, sendo um movimento sanguinário, como indica Marx, em *O Capital*, sobre a “Assim chamada acumulação primitiva”, base da autora para este capítulo.

A autora considera o trabalho como mediação entre homem e natureza, descrito por autores como José Paulo Netto, Sérgio Lessa e Braverman (1987, p. 53 *apud* Passos, 2023, p. 38): “o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos”.

Ela introduz categorias essenciais da obra de Marx, a partir da mercadoria, para abordar a dinâmica entre exploração, trabalho e mais-valor:

Torna-se evidente, assim, que o modo de produção capitalista vincula processo de trabalho para a criação de valores de uso e processo de valorização para a criação de mais-valor. Decerto, a acumulação de capital, considerada a grande finalidade do capitalismo, aumenta na razão direta da exploração dos vendedores de força de trabalho. Contudo, o movimento de valorização do capital pode ser considerado controverso. Isso porque a valorização do capital ocorre mediante a existência do processo de trabalho, mas a dinâmica de valorizar capital enfraquece a sua própria base – o próprio trabalho – ao expulsar continuamente trabalhadores do processo de trabalho (Passos, 2023, p. 56)

Assim, o capitalismo se coloca como contraditório, pois aumenta a produção de riqueza sem diminuir a miséria; e expulsa, em seu processo interno por mais acumulação, a mercadoria força de trabalho, que permite a acumulação de valor.

Em seu segundo capítulo, a autora aprofunda a categoria superpopulação relativa e sua relação com as mudanças na composição orgânica do capital, que, ao aumentar a participação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, culmina na intensificação da exploração do trabalhador e aumenta a parte da classe trabalhadora sem trabalho:

Isso ocorre porque, a cada ciclo do capital, a força de trabalho se torna desnecessária frente ao aumento do capital constante na composição do capital, havendo a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, isto é, substituição de força de trabalho por meios de produção (Passos, 2023, p. 65).

A autora compartilha a idéia de que o desenvolvimento das forças produtivas, como forma de trabalho e criação de condições materiais de existência, não é a causa do desemprego e do aumento dos supérfluos, pois essas forças produtivas, se voltadas a atender necessidades humanas, podem possibilitar a redução de trabalho necessário diário: “O desemprego em massa, portanto, não é resultado do desenvolvimento das forças produtivas; resulta do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção no capitalismo” (Passos, 2023, p. 65).

Continuamente, a lei da queda tendencial da taxa de lucro e as crises capitalistas são abordadas, de forma a mostrar que “a ganância do modo de produção capitalista por acúmulo de capital e lucro máximo estabelece contraditoriamente as bases para o seu próprio colapso” (Ibidem, p. 67), uma vez que essa queda é consequência do aumento da produtividade do trabalho, ou seja, aumento da composição orgânica do capital. Assim, diante do desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo organiza influências contratendências, como formas de aumentar a acumulação de mais valor e diminuir a velocidade de queda da taxa de lucro. Estas influências são: aumento do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo de seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; comércio exterior (envolvendo a mundialização do capital e os movimentos de concorrência, sendo a contratendência mais escassa atualmente); aumento do capital acionário; e superpopulação relativa, que está relacionada a uma utilização desse excesso de força de trabalho em determinados ramos produtivos, evitando a necessidade de mecanização para aumento da produtividade. Indica-se, assim, uma das funcionalidades desse grupo para o capitalismo.

A autora parte de Jorge Grespan (também utilizado por Calleia) para abordar as crises no capitalismo, comumente advindas da tendência à queda da taxa de lucro, indicando que as crises são intrínsecas a esse sistema. A partir de Mészáros, aborda a crise estrutural colocada a partir de 1970: “a crise estrutural apresenta, portanto, caráter universal; alcance global; temporalidade extensa, permanente; e modo de desdobrar tipificado como rastejante, extremamente lento” (Passos, 2023, p. 75). Por fim, Passos indica que esse movimento permanente de crise capitalistas parte da “desarmonia entre as condições de produção e as condições de realização das mercadorias” e “da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista” (Ibidem, p. 76), baseada em Engels (especificamente o livro “Do socialismo utópico ao socialismo científico”).

A superpopulação relativa - ou exército industrial de reserva, uma vez que a autora pontua que, para Marx em “O Capital”, as duas palavras são sinônimos (Passos, 2023, p. 77) - é abordada na dissertação a partir da categorização clássica de Marx, em 3 “camadas”: flutuante, latente e estagnada. Por fim, segundo a autora, o lumpemproletariado ainda é parte da superpopulação relativa, “localizado no seio do pauperismo” (Ibid.). Essa caracterização mais extensa e categorial será retomada no próximo tópico. Por ora, destaco que a autora entende que “Das formas de superpopulação relativa, a população em situação de rua se insere majoritariamente no lumpemproletariado e, na melhor das hipóteses, na parcela estagnada (Silva, 2009)” (Passos, 2023, p. 90).

Ressalta também a crítica de Marx à ideia de Malthus, que afirmava a “proporção de crescimento da população em progressão geométrica e de crescimento dos meios de subsistência em progressão aritmética, devido às limitações da natureza” (Ibidem, p. 81). Conforme Passos, Marx considerava que tais limitações poderiam ser desafiadas em razão do desenvolvimento intenso das forças produtivas no capitalismo. Em segundo lugar, a crítica baseia-se na solução dada por Malthus de “controle da taxa de natalidade dos pobres” (Ibidem). Essa crítica mostra-se atual, na medida em que, através do Relatório da Comissão Parlamentar Mista De Inquérito formada em 1991 para a examinar incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil, é possível atestar o longo histórico de investimento, por parte dos países centrais (principalmente os EUA), em instituições que realizassem esterilizações nos países ditos subdesenvolvidos.

Um aspecto que caracterizou essa Comissão Parlamentar foi a introdução do argumento eugênico no debate acerca da esterilização. Não se tratava exclusivamente de apresentar um número alto de mulheres esterilizadas e que essas esterilizações eram feitas prioritariamente por entidades privadas de planejamento familiar, mas de constatar que essa “esterilização massiva” ocorria preferencialmente entre mulheres negras, o que agravava ainda mais a denúncia (Alves, 2014, p. 196 *apud* Sturza *et al*, 2020, p. 8)

Outro caso de destaque foi o de Janaína Quirino, “mulher, negra, pobre, usuária de drogas e moradora de rua no município de Mococa, São Paulo”, que foi esterilizada por meio de laqueadura tubária (no momento do parto, expressamente proibida na Lei de Planejamento Familiar) “a partir de um pedido do Ministério Público, que foi deferido judicialmente, sem oitiva judicial para que fosse colhido seu consentimento” (Sturza *et al*, 2020, p. 16).

Passos argumenta contra as “interpretações sobre uma teoria da pauperização crescente e absoluta da classe trabalhadora” (Passos, 2023, p. 85). Baseia-se em Rosdolsky (2001, p. 251 *apud* Passos, 2023, p. 87) para refutar a ideia que “a situação da classe trabalhadora deve sofrer uma deterioração inevitável, não só em termos relativos, mas também absolutos”, ideia que advém de citações de Marx como “à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar” (Marx, 2013, p. 471-472 *apud* Passos, 2023, p. 87). E elabora:

No fundo, Marx considera ser inevitável o pauperismo relativo da classe trabalhadora porque reconhece a possibilidade de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, isto é, aumento dos salários, seja por meio da luta de classe ou devido à fase do ciclo do capital. Porém, quando a repartição da riqueza produzida socialmente é analisada, observa-se um distanciamento maior entre o trabalhador e o capitalista, já que estes continuam a se apropriar da riqueza produzida pelos que vendem a própria força de trabalho. Nesse sentido, a condição financeira da classe trabalhadora amplia em paralelo à ampliação da taxa de mais-valor (Passos, 2023, p. 88).

Dialoga então com autores clássicos do Serviço Social brasileiro, como Netto e Yamamoto, para abordar a “questão social” como forma de indicar que “ela é produzida compulsoriamente à medida que o sistema capitalista se desenvolve” (Ibidem, p. 89), na tónica de abordar a pobreza a partir de seus fundamentos. Posiciona-se também contra a concepção de que surgem “novas questões sociais”, sendo sempre novas expressões que surgem desses mesmos três pilares fundamentais: a contradição entre capital e trabalho; a preocupação com a coesão social, pois pode “colocar em xeque a ordem socialmente estabelecida” (Ibidem, p. 90); e ser a manifestações das desigualdades e antagonismos do capitalismo.

Em seu terceiro capítulo, Passos aborda particularidades da formação econômico-social brasileira a partir de Francisco de Oliveira, que aponta a “coexistência de avanço e retrocesso”, a partir da comparação da sociedade brasileira com um “ornitorrinco”, pois marcada por uma acumulação truncada e uma sociedade desigual sem remissão - “os arcaísmos experienciados no país, em vez de eliminados, são artifícios a serem utilizados na construção de um país mais desenvolvido (Passos, 2023, p. 92). A autora discute o país a partir de 1930, em razão das alterações históricas e econômicas que permitiram o início de uma construção industrial, o que acarretou no desenvolvimento da classe trabalhadora no país de forma específica, destacando a dualidade de trabalhadores ativos (superexplorados) e inativos.

Perpassando o contexto econômico de aumento do crescimento acelerado com participação de capital estrangeiro, sobre a intensa exploração da força de trabalho, chega-se, após o período de intenso arrocho salarial e concentração de renda verificado na ditadura militar (1964-1985), à Constituição Federal de 1988 e a todos os movimentos políticos e sociais que acompanharam esse período. Em contrapartida, os efeitos da crise pós 1970, já comentados neste trabalho, trazem para o Brasil o receituário neoliberal, baseada em uma “tríplice privatização-desregulamentação-flexibilização” (Passos, 2023, p. 99).

Resgata o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a partir de dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada):

Entre 1995 e 2003, a taxa de desemprego subiu de 6,2% para 10%. Os estados com regiões metropolitanas lideram o ranking de maiores percentuais de desemprego: no mesmo espaço de tempo (1995 a 2003), a taxa de desemprego metropolitana saltou de 7% para 13,9%, enquanto as áreas não metropolitanas passaram de 5% para 8,2% (Passos, 2023, p. 99).

Destacando que “os elevados índices de pobreza no Brasil não se devem às limitações

de recursos, mas à desigualdade em sua distribuição” (Ibidem, p. 100), Passos aborda que “recuperação do papel do Estado no governo Lula se mostrou como fundamental para que fosse superado o subdesenvolvimentismo”, havendo, na figura deste governo, um “esforço de romper com o passado” (Ibidem) a partir de programas como o PAC (Plano de Aceleração de Crescimento):

Diante do aumento da renda e da redução da extrema pobreza, afirma-se, por conseguinte, que o panorama do mercado de trabalho foi igualmente positivo. Isso porque, de 2001 a 2012, foram gerados mais de 20 milhões de empregos formais, o que permitiu o aumento de 10% no que concerne ao trabalho com carteira assinada e redução de 4% do trabalho informal sem carteira (Passos, 2023, p. 101-102).

Entretanto, já nos impactos da crise de 2008 no Brasil, a partir de 2014 “registrou-se uma redução de 3,1 pontos percentuais na parcela de ocupados na população em idade ativa” (entre 2015 e 2017, especificamente) (Passos, 2023, p. 102). A autora afirma que:

Diante desse período crítico, importa ressaltar que, em fase de recessão econômica, a busca de meios para retomada da economia acontece às custas da classe trabalhadora. Isso porque as soluções se pautam na expulsão de força de trabalho dos postos de trabalho – possível de ser observado nos dados elencados anteriormente e que implica na expansão do exército industrial de reserva – e aumento da exploração daqueles que continuaram inseridos no mercado de trabalho, a fim de que as taxas de lucro entrem em ritmo de crescimento (Passos, 2023, p. 102).

Cabe destacar - apesar da autora não realizar essa reflexão - que o “progresso” nos direitos sociais apenas ocorreu de forma momentânea, pois foi possibilitado pelo intervalo de crescimento da acumulação capitalista. No momento em que esta apresentou sintomas de crise, o Estado brasileiro voltou a preocupar-se com a tomada de medidas de contratendências à crise. Ao mesmo tempo, os governos petistas (2002-2016) mantiveram o *script* neoliberal recomendado por órgãos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional:

Apesar (...) dos avanços sob o ponto de vista dos indicadores sociais em relação aos governos FHC, a partir de 2003 tivemos a manutenção e intensificação de fatores que expressam a lógica liberal-periférica: a estratégia de captura das fontes de financiamento da Seguridade Social para a área Fiscal foi mantida e intensificada através da Desvinculação das Receitas da União, o incentivo à mercantilização de direitos sociais – planos de saúde, previdência privada, crescimento de escolas e faculdades privadas –, a flexibilização das relações trabalhistas e o abandono da proposta de reforma agrária (Pinho Junior, 2019, p. 120).

A autora relembra a Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016), a Reforma Trabalhista em 2017 e a Reforma da Previdência e cita dados da Taxa de desemprego de 2020 a 2023, baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Conecta, nesse sentido, a precarização de vida da classe trabalhadora e as crises do

capitalismo (Passos, 2023, p. 106). Por fim, demonstra dados de “subutilização da força de trabalho”, relacionado a um “grau de desperdício de força de trabalho”, ou seja, para a autora, são “pessoas que poderiam participar da produção social de riquezas”. Entretanto, reitero que, a partir da lei geral da acumulação capitalista, entende-se que a subutilização da força de trabalho indica como é desnecessário, para a acumulação atual, boa parte da força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, destaco que a piora nos indicadores econômicos pós 2016 também é um indicativo, no Brasil, de como os avanços sociais anteriores não produziram alterações estruturais:

As causas que produziram a melhora dos indicadores econômicos e sociais não estiveram relacionadas à alteração do padrão de desenvolvimento econômico e social, mas sim a uma conjuntura externa favorável à economia brasileira, por isso, a mudança da conjuntura desmontou radicalmente os avanços obtidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores (Pinho Junior; Souza Filho, 2021, p. 75).

A partir da primeira e única pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (Brasil, 2009)¹², Passos tece uma caracterização desse grupo no Brasil, refletindo sobre dados interessantes. De início, é a predominância do gênero masculino (82% na pesquisa nacional) que recebe destaque:

(...) a responsabilidade de garantir os meios necessários para o sustento da família é atribuída aos homens, por serem considerados chefes de família. Essa pressão histórica e cultural para cumprir tais responsabilidades resulta em estratégias para adentrar o mercado de trabalho, mas nem sempre são logradas (Passos, 2023, p. 109).

Além disso, em relação a idade, há a predominância da faixa etária de 26 a 35 anos, em ambos os gêneros contabilizados na pesquisa. E 67% dos entrevistados identificaram-se como pessoas negras. Aqui, cabe abrir um parênteses acerca da especificidade do racismo no Brasil, resgatando o que trabalho no primeiro capítulo a partir de Quijano (2000), de forma que “aos negros, indígenas e seus descendentes foram destinados os piores empregos, a informalidade e o desemprego” (Moraes, 2023, p. 13). Na história do mercado de trabalho brasileiro, e portanto, da superpopulação relativa brasileira, não pode-se ignorar que

(...) a maioria da população negra saiu da senzala para a favela, da condição de escravizado para desempregado/subempregado, do tronco para as prisões, do canavial para lavar os banheiros de shopping centers, das correntes para as valas comuns, das investidas de feitores, capitães-do-mato, militares contra os quilombos para principais alvos das “balas perdidas” das polícias e dos paramilitares (Moraes, 2023, p. 21).

Outro gráfico analisado é referente à evolução do número de pessoas em situação de rua no Brasil (2012-2022), demonstrando um aumento crescente, de 232,147 em 2021 para

¹² A autora destaca que essa pesquisa nacional possui lacunas por “não incluir menores de 18 anos e não incluir grandes capitais, como São Paulo, Recife e Belo Horizonte” (Passos, 2023, p. 109).

281.472 em 2022, sendo que, segundo análise do IPEA, esse número de 2022 é “38% maior que o valor estimado em 2019, e 211% superior ao estimado uma década atrás, em 2012” (IPEA, 2023b, p. 11 *apud* Passos, 2023, p.112).

A autora parte da caracterização desse grupo em alguns pontos:

Seguindo essa linha de raciocínio, consoante às análises de Silva (2009), três condições comuns às pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento podem ser destacadas: I) situação de pobreza extrema, II) vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e III) ausência de moradia convencional regular (Passos, 2023, p. 113).

Nessa pesquisa nacional (Brasil, 2009), os dados sobre os principais motivos da situação de rua indicam 35.50% dos entrevistados que responderam ser o uso de álcool e outras drogas, seguido de 29.80% desemprego, e 29.10% desavenças familiares e 5.60% outros motivos. A autora em foco discute a “funcionalidade do uso do álcool para as pessoas em situação de rua”, citando Silva (2009, p. 133 *apud* Passos, 2023, p. 116), ao afirmar que o uso de álcool e outras drogas “se impõe muito mais como uma estratégia de subsistência, capaz de ampliar a alienação acerca da situação de rua”.

A partir do referencial apresentado aqui, para além dos elementos trazidos pela autora, cabe também apontar que o histórico de tratamento do uso de drogas associa-se a “defesa social e da noção de ‘patologias sociais’, o que envolvia questões como a ‘vagabundagem’, a ‘vadiagem’, a ‘mendicância’, a prostituição, a loucura e o alcoolismo” (Ferreira, 2021, p. 49), ou seja, partia de um tratamento moral, uma vez que vinculava o vício às “teorias da degeneração” (Ibidem, p. 61). Aqui, aponto como o uso de álcool e outras drogas na população em situação de rua deve ser enxergado como uma realidade a partir de uma perspectiva não punitivista:

Esta acusação psiquiátrico-punitiva, por sua vez, implica no etiquetamento da pessoa do usuário de drogas: o toxicômano, o adicto, o dependente químico, o cracudo, o craqueiro, o nória, o zumbi, o maconheiro, o cheirador etc. Etiquetamento que, na produção de subjetividades, passa a fazer parte do sujeito, nas formas de interpretação de si e nas suas relações com o entorno social, e funciona como um estigma marcado nos corpos de sujeitos dos grupos sociais marginalizados, considerados abjetos, perigosos, anormais, indesejáveis, infames, uma espécie de pária social: *sujeitos provenientes das classes baixas, principalmente negros e pobres, moradores das periferias e das ruas dos grandes centros urbanos brasileiros*. (Ferreira, 2021, p. 323, grifos próprios).

Ao mesmo tempo, destaca-se como o trabalho, com seu ideário moral, significou (e ainda significa, expressamente nas Comunidades Terapêuticas)¹³ durante anos o tratamento

¹³ As comunidades terapêuticas (CTs) são instituições, normalmente afastadas dos centros urbanos, que oferecem internação voluntária para pessoas com dependência química. Possuem forte ligação com a espiritualidade, e baseiam-se em princípios como disciplina e laborterapia (terapia baseada no ato de trabalhar), além da abstinência e isolamento social como tratamento para a dependência.

indicado para o desviante, o louco e o usuário de drogas.

Por fim, outro aspecto importante destacado por Passos (2023, p. 117) é a concentração da população em situação de rua nos centros urbanos, em razão de maiores possibilidades de trabalho e renda, principalmente. E reitera sua análise de que essas pessoas “pertencem forçadamente a um contingente de trabalhadores supérfluos às necessidades do capital” (Ibidem, p. 119).

Outros dados apresentados pela pesquisa nacional (Brasil, 2009) referem-se aos limites de acesso da população em situação de rua aos direitos. A autora destaca que: 18,4% já foram limitados a acessar serviços de saúde - dado preocupante uma vez que “a pesquisa nacional do MDS quantifica cerca de 30% dos entrevistados com algum problema de saúde” (Passos, 2023, p. 121). O outro destaque refere-se ao impedimento para tirar documentos (13,90% já foram limitados a acessar esse direito). Segundo a autora, a mesma pesquisa divulgou que “quase 25% da população em situação de rua não possui quaisquer documentos de identificação” (Ibidem).

Faz parte das reflexões também a “tendência à naturalização do fenômeno” que, segundo a autora (2023, p. 122) “guia para uma forma de enfrentamento pautado na amenização e no controle para não comprometer a ordem burguesa”, ao individualizar a situação da pessoa em situação de rua, culpabilizando-a. Aqui, é possível já realizar uma articulação com Calleia (2025) - adiantando o conteúdo do próximo tópico - uma vez que este autor afirma como as próprias políticas sociais para esse público passaram a ter um caráter de amenização e controle, exatamente pelo irrefreável crescimento dessa população no mundo.

Por fim, Passos (2023, p. 123) destaca o caminho de movimentos sociais da população em situação de rua, que “data a década de 1960 pelas cidades brasileiras com movimentos em prol da dignidade humana da população em situação de rua”, apontando também a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O Movimento Nacional da População de Rua foi criado em 2005, após a Chacina da Sé (comentada na introdução), tendo sido necessário um massacre para “inserir a população em situação de rua no debate do governo federal, ultrapassando os limites municipais e ações promovidas por organizações religiosas” (Ibidem).

A última seção da dissertação analisa a relação da população em situação de rua com o trabalho, que será apresentada em relação a outras perspectivas, no próximo tópico.

3.3 A questão da população em situação de rua: enfim, como abordar?

É importante reconhecer os diferentes níveis de profundidade de cada pesquisa, uma vez que a primeira (Calleia, 2025) encontra-se em desenvolvimento no âmbito do curso de doutorado e a segunda (Passos, 2023) foi realizada no curso de Mestrado. Ao mesmo tempo, ambos compartilham pontos em comum para a abordagem da população em situação de rua a partir de categorias marxianas. Primeiramente, resgatam a exposição de Marx, a partir da assim chamada acumulação primitiva, para trabalhar a constituição dos assalariados (e do contingente não assalariado, o exército industrial de reserva), desembocando na composição orgânica do capital, a tendência ao crescimento do investimento no capital constante em detrimento do capital variável, a intensificação da exploração do trabalhador em relação com a funcionalidade do exército de reserva nessa exploração, e a tendência à queda da taxa de lucro.

Apesar de ambos os autores afirmarem sua concordância com o legado das categorias da crítica da economia política desenvolvida por Marx, é importante reconhecer suas diferenças. Calleia utiliza uma base teórica considerada não hegemônica no Serviço Social. Este autor baseia sua reflexão em autores marxistas que, como Postone, fazem uma crítica ao denominado marxismo tradicional¹⁴. Portanto, se opõe à perspectiva de Passos, que parte de Lukács para interpretar a centralidade do trabalho na caracterização do ser humano como um ser social e realizar a crítica do trabalho no capitalismo - ou seja, o trabalho é característica fundante do ser social, e no capitalismo ele se realiza de forma alienada e, por isso, não permite a realização da subjetividade humana.

Isso posto, partirei para reflexão da superpopulação excedente no capitalismo, uma vez que a existência intrínseca dela no regime de trabalho capitalista é o pontapé inicial para entender a população em situação de rua (em termos marxistas). Os termos que perpassam essa discussão são: exército industrial de reserva (e suas camadas), supérfluos, superpopulação relativa e absoluta, lumpemproletariado.

Passos analisa a superpopulação relativa com base em Harvey (2013 *apud* Passos, 2023, p. 78), em um movimento de trazer as camadas dessa categoria populacional para a

¹⁴ “(...) a expressão ‘marxismo tradicional’ não se refere a uma tendência histórica específica no marxismo, mas, de modo geral, a todas as abordagens teóricas que analisam o capitalismo do ponto de vista do trabalho e que caracterizam tal sociedade essencialmente em termos de relações de classe estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e uma economia regulada pelo mercado. As relações de dominação são entendidas primariamente em termos de dominação e exploração de classe” (Postone, 2014, p. 21).

atualidade. A primeira camada, “flutuante”, indica uma parcela que ora é atraída (em momentos de expansão), ora é repelida (em momentos de crise), sendo uma camada em que os trabalhadores permanecem relativamente pouco tempo, pois em algum momento serão absorvidos no mercado de trabalho. Harvey (2013, p. 193 *apud* Passos, 2023, p. 78) analisa que atualmente ela “equivale mais ou menos ao conjunto de desempregados, tal como são quantificados nas estatísticas de desemprego, além daqueles classificados como subempregados ou ‘trabalhadores desmotivados’”.

A próxima, “latente”, a partir de Marx (2013, p. 470 *apud* Passos, 2023, p. 79) relaciona-se com a agricultura, ou seja, trabalhadores desempregados em razão da tecnologia e do desenvolvimento de mercado. A autora relaciona também os afetados pela “dissolução dos sistemas de trabalhos domésticos” e “produtores independentes, artesões, comerciantes donos de pequenas lojas e mercearias substituídas hoje por supermercados” (Passos, 2023, p. 79).

A última cada, “estagnada”, refere-se a “ocupações totalmente irregulares, configurando-se como fonte inesgotável de força de trabalho à disposição do capital” (Ibidem), relacionando-a ao trabalho informal, extensas jornadas de trabalho, remuneração baixa e ausência de proteção social advinda do emprego. A partir dessa descrição pode-se entender que a camada estagnada possui bastante expressão na superpopulação relativa atualmente, diante da ampliação do trabalho informal e da flexibilização do trabalho. Ao mesmo tempo, reconhece-se o necessário cuidado ao relacionar tais categorias, elaboradas por Marx, com a atualidade das classes atualmente. Assim:

(...) à medida que cresce o número de trabalhadores sem carteira assinada, que passam a buscar inserção em formas precárias de ocupação, mais pessoas deixam de ter acesso aos direitos trabalhistas e a vários benefícios previdenciários, ficando mais suscetíveis a situação de vulnerabilidade social e de pobreza. Segundo a autora, esse é, seguramente, “um caminho percorrido por várias pessoas atualmente em situação de rua” (Silva, 2009, p. 239) (Passos, 2023, p. 133).

Após as inúmeras reformas na legislação trabalhista que ocorreram no Brasil, enxerga-se um cenário em que o trabalho formal já não oferece mais, de forma consistente, um futuro estável de carreira e direitos, principalmente a aposentadoria. Dito isso, cabe realizar o questionamento das condições de trabalho formal oferecidas atualmente, uma vez que estas também vem apresentando condições de exploração mais profundas. Como exemplo, pode-se citar o regime de trabalho 6x1, que vem sendo pauta no Brasil, desde 2024, através do movimento “Vida além do trabalho”, que normalmente ocorre em empregos de carteira assinada. Segundo Brambila (2025):

Dados da Rais¹⁵ 2023 - a última relação divulgada - apontam que 33,5 milhões de brasileiros trabalham de 41 a 44 horas semanais. É possível deduzir que são eles quem estão dentro da escala 6x1, considerando a jornada prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 8 horas trabalhadas por dia.

Assiste-se, então, uma desvinculação do emprego formal com as conquistas dos trabalhadores (principalmente industriais) nos séculos passados. Nesse cenário, há autores que apontam que o “ideal de pleno emprego parece ter cada vez menos poder mobilizador, na medida em que não encontra respaldo sólido nas estruturas econômicas concretas” (Paiva, 2000, p. 51).

Confirme Calleia (2025, p. 48), acerca da categorização de Marx, “todo o resto não incluso nessas três primeiras ele categorizará como aquelas que compõem o pauperismo”. Passos (2023) descreve ainda os grupos presentes no lumpemproletariado, que é apresentado, segundo Marx, como formado por *aptos ao trabalho; filhos e órfãos de indigentes; e incapazes para o trabalho*, sendo “aos faux frais [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os membros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (2013, p. 873 *apud* Passos, 2023, p. 80), ou seja, são foco das ações assistenciais e um grupo que “perdeu as possibilidades de reingresso no mercado de trabalho” (Passos, 2023, p. 81). Assim, pode-se considerar que a população em situação de rua, em sua heterogeneidade, é composta por essas três características do lumpemproletariado.

A autora também discorre sobre como:

Para a produção capitalista, não é suficiente de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. O capitalismo requer um exército industrial de reserva pronto para ser explorado e que seja independente dessa barreira natural de crescimento para garantir sua liberdade de ação (Passos, 2023, p. 82).

Assim, ela destaca que essa população é sempre produzida pelo capitalismo, e que o aumento dessa superpopulação relativa é intencional para o sistema. E discorre sobre suas funcionalidades, a saber, “atua como mecanismo regulador do valor dos salários”; “ser um intensificador da exploração da força de trabalho” (Ibidem, p. 83-84), de modo que:

e a lei geral possui uma natureza de acumulação exclui toda redução no grau de exploração do trabalho ou todo aumento do preço do trabalho que possibilite ameaçar a contínua reprodução da relação capitalista (Passos, 2023, p. 85).

Calleia (2025, p. 97) também corrobora com a “a necessidade umbilical de uma superpopulação relativa”, mas reconhece essa que a “produção’ [de supérfluos] em uma escala inimaginável até para uma supermáquina de contar coloca a necessidade envergonhada

¹⁵ Relação Anual de Informações Sociais.

do capital de respostas sobre o que fazer com essa ‘humanidade em excesso’”. E corrobora que o capitalismo está em uma crise estrutural final, uma vez que esse cenário “apresenta um importante tracejado de incompatibilidade da continuidade do sistema que nos conforma com a manutenção de todos os seres humanos neste lugar chamado Terra” (Ibidem, p. 99).

Entretanto, cabe destacar que algumas perspectivas apontam inclusive para a alteração dessa funcionalidade dos supérfluos, uma vez que sua produção, atualmente, atinge níveis incontáveis, quando se considera não apenas a população em situação de rua, mas os refugiados e imigrantes, uma vez que não há perspectiva de serem “reserva” de qualquer forma de ocupação:

O contingente de inativos é, atualmente, tão numeroso que já não desempenha mais qualquer função no mundo do trabalho; não são mais úteis sequer para pressionar os salários para baixo. O atual crescimento dos inativos está estreitamente vinculado à destruição de postos de trabalho formal, mas, também, de informal (Menegat, Silva, 2023, p. 34)

Nesse mesmo sentido:

Para Castel os “supranumerários” nem sequer são explorados, uma vez que, para tanto, deveriam possuir competências traduzidas em valores sociais. “São supérfluos”. Não representam um potencial de luta, uma força de pressão por não atuarem diretamente em nenhum setor estratégico da vida social (Pereira, 2007, p. 50).

Assim, conforme foi possível desenvolver até aqui, entende-se que uma classificação social rigorosa da população em situação de rua exige uma compreensão atenta sobre os rumos do mundo do trabalho atualmente. Ao mesmo tempo, conforme o contingente de supérfluos aumenta exponencialmente, é preciso reconhecer a heterogeneidade humana incluída nessa categorização.

3.3.1 População em situação de rua e mundo do trabalho

Apresentarei os debates das pesquisas selecionadas acerca do mundo do trabalho e a população em situação de rua. Início esse tópico com Calleia (2025, p. 174), que contextualiza mudanças essenciais para a discussão:

A parte da força de trabalho não mais necessária na esfera produtiva é relegada principalmente as outras etapas do ciclo do capital e, também nestas, sofrem os impactos do vultoso progresso técnico-científico na tentativa ininterrupta de o sistema de produção de mercadorias “fazer mais com menos” para alcançar lucros maiores. Tal percurso na atualidade materializa-se no boom dos serviços, terceirizações, empregos precarizados, uberizações e todos os tipos de aberrações trabalhistas que remontam quadros inclusive de escravidão (...). Esse é o atual momento do famigerado Mundo do trabalho que faz a “classe” apesar de ser

extremamente heterogênea e multifacetada ser dividida em dois grandes blocos que utilizaremos para explicitar ideias: os supérfluos e os pré-supérfluos.

O autor traz as reflexões de Tiago Cavalcanti acerca da metamorfose da escravidão no capitalismo - “o escravismo sempre representou o trato do semelhante de maneira desumana, reduzindo-o à condição de coisa, de mercadoria ou algo fungível” (Cavalcanti, 2021, p. 26 *apud* Calleia, 2025, p. 175) - assemelhando-se ao efeito da mercantilização da força de trabalho no capitalismo: “Nessa forma de exploração, a apropriação deixa de ocorrer sobre homens – escravos e servos – e passa a incidir sobre a força de trabalho” (Ibidem). No mercado de trabalho atual, mediante a precarização e o aumento da concorrência, os indivíduos são compelidos a aceitar condições sub-humanas de realização do trabalho reconhecidas como análogas à escravidão.

Cavalcanti (2021, p. 50 *apud* Calleia, 2025, p. 177), ao discorrer que “a falta de liberdade e as coerções inerentes ao trabalho sob o jugo do capital já foram interiorizadas e inconscientemente anuídas pelo trabalhador”, reforça a dominação social exercida pelo trabalho:

O capital se apropria do corpo do empregado, pois não é possível desassociar do ser humano sua força de trabalho; captura sua mente, seu conhecimento e sua subjetividade; e lhe toma a alma ao limitar, além da liberdade, também a essência de seu ser. A exploração do trabalho pelo capital é em si uma violência com contornos sádicos, porque é estabelecida em uma relação em que a parte violentada se conforma com a situação. (Cavalcanti, 2021, p. 56-570 *apud* Calleia, 2025, p. 175).

Essa argumentação faz parte da construção do autor de que a dominação no capitalismo é impessoal e abstrata e, exatamente por isso, é específica deste modo de produção. Faz coro novamente com Postone, que, ao criticar o sistema capitalista, enfatiza a crítica às suas formas particulares de dominação social através do trabalho. Sob o duplo caráter do trabalho os “indivíduos [são] compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver” (Postone, 2014, p. 186 *apud* Calleia, 2025, p. 142). Sua interpretação de Marx, então, destaca essa forma de dominação abstrata.

Podemos recorrer às contribuições de Marx para pensar como, a partir do momento de existência do capitalismo, as formas pretéritas de dominação da força de trabalho (como a escravidão e a servidão) passam a ser utilizadas de forma qualitativamente novas. Já nos processos de colonização da América, a escravidão a partir da divisão racial do trabalho foi utilizada a partir de objetivos capitalistas:

Assim que os povos, cuja produção ainda se move nas formas inferiores do trabalho escravo, da corveia etc., são arrastados pela produção capitalista e pelo mercado mundial, que faz da venda de seus produtos no exterior o seu principal interesse, os

horrores bárbaros da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Isso explica por que o trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana conservou certo caráter patriarcal, enquanto a produção ainda se voltava sobretudo às necessidades locais imediatas. Mas à medida que a exportação de algodão tornou-se o interesse vital daqueles estados, o sobretrabalho dos negros, e, por vezes, o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, converteu-se em fator de um sistema calculado e calculista. O objetivo já não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor (Marx, 2013, p. 224).

No Brasil, “os arcaísmos experienciados no país, em vez de eliminados, são artifícios a serem utilizados na construção de um país mais desenvolvido” (Passos, 2023, p. 92), apresenta como o capitalismo reorganiza elementos das sociedades pré capitalistas.

O debate sobre a atual configuração do mundo do trabalho deve incluir necessariamente a reflexão sobre o crescimento do número de indivíduos que não mais conseguem vender sua força de trabalho e se tornam definitivamente supérfluos ao capital, além de incluir os indivíduos que se obrigam a aceitar condições de trabalho cada vez mais precários. O “trabalho análogo à escravidão” é, atualmente, um fenômeno global. Um exemplo é o noticiado pelo G1 São Paulo, em agosto de 2025, sobre 563 trabalhadores que foram resgatados em Porto Alegre do Norte (MT). Segundo Moura (2025):

O recrutamento era feito por meio de anúncios em carros de som e mensagens em grupos de WhatsApp, oferecendo ganhos elevados com horas extras. Muitos trabalhadores relataram ter pago intermediários para garantir a vaga, além de arcarem com os custos da viagem e alimentação.

Esse exemplo é um indicativo de como a venda da força de trabalho é um imperativo nessa sociedade, não importando as condições ofertadas.

Outro referencial utilizado por Calleia é Paulo Arantes, especificamente os termos referentes à *brazilianization*, entendido como o “encontro das economias centrais do capital com a miséria global construída” (Calleia, 2025, p. 208), ou seja, aspectos como a permanência do trabalho escravo, a superexploração a precarização do trabalho e a concentração urbana da miséria, antes características dos países capitalistas periféricos, agora ampliam-se também nos países centrais do sistema, como consequências da crise.

Ademais, Giovanni Alves, ao pensar o “sócio-metabolismo da barbárie” (Alves, 2004, p. 32 *apud* Calleia, 2025, p. 186), procura expor essas alterações e seus impactos inclusive na força de trabalho e em sua saúde (mental e física, além do aparecimento de novas doenças, a morte por sobretrabalho, etc), indicando “o complexo societário ampliado de irracionalidades psicossociais” (Ibidem).

É a partir dessa construção teórica, então, que o autor da pesquisa indica a construção

de supérfluos e os pré-supérfluos. Reconhece também a construção de Cavalcanti (Semi-livres: dirigentes, proletários precários e sub-humanos) e de Antunes, que amplia o conceito para “classe-que-vive-do-trabalho”.

Este último reconhece, nessa classe, “como núcleo central os trabalhadores produtivos” (Antunes, 2009, p. 102 103 *apud* Calleia, 2025, p. 189), ainda que inclua (mas não como núcleo central) “trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural” (Ibidem). Essa concepção é a adotada por Passos, que destaca a separação realizada por Antunes entre “o trabalhador considerado multifuncional e polivalente da geração informacional” e “uma massa de trabalhadores desqualificados, precarizados, imersos no part-time, emprego temporário, parcial ou vivenciando o desemprego estrutural” (Passos, 2023, p. 133), localizando a população em situação de rua nesse último grupo.

Nesse ponto, Passos (2023, p. 130) se posiciona contra “teses equivocadas acerca do fim da centralidade do trabalho”, as quais, segundo a autora:

(...) comungam a ideia de que o incremento tecnológico no processo de trabalho implica na perda de centralidade do trabalho na sociedade ou, até mesmo, o seu desaparecimento, uma vez que a substituição do trabalhador pela máquina significa maior investimento em capital constante e menor investimento em capital variável (Passos, 2023, p. 131).

Como exemplos, indica André Gorz, Clauss Offe e Jurgen Habermas. O fato é que, como apontado por Paiva (2000, p. 50), há, nas produções teóricas, a tentativa de compreender os elementos da complexidade de uma sociedade em crise colocados até aqui:

(...) muitos intelectuais de algum modo inspirados no marxismo passaram não apenas a formulações radicais como Habermas (1987) (os verdadeiros conservadores seriam hoje os defensores do WFS e do pleno emprego), mas a conceitos relativamente obscuros como o de “modernização reflexiva” (Beck, Giddens & Lash, 1996) ou plenos de conteúdos pretéritos como no caso da “terceira via”.

Assim, autores como Kern & Schumann (1984 *apud* Paiva, 2000, p. 51), por exemplo, apontam que “a grande divisão deste final do século seria entre os incluídos e os excluídos do mercado formal de trabalho”, indicando um fim tendencial da divisão do trabalho. Longe de indicar qual teoria é a mais adequada para interpretação da realidade, indico como as transformações apontadas nas últimas páginas, que na construção teórica feita acompanha o crescimento da população em situação de rua, foram sentidas pela produção teórica mundial.

Em 1982, Claus Offe lançou a ideia de que o trabalho já não desempenhava um papel central na vida dos homens. Quase 20 anos depois ainda estamos discutindo esta tese ante todas as evidências de que as transformações a que estamos assistindo

e que se aceleram a olhos vistos já não permitem, como no passado, a produção de identidades fundamentalmente a partir da esfera do trabalho. Isto não significa que o trabalho perdeu a sua importância para os indivíduos, mas implica em que a estruturação da produção e das relações econômicas age de outra forma sobre os indivíduos, modificando o peso do trabalho na produção de identidades e tornando possível (e necessário) a impressão de novos conteúdos, nova forma e nova cultura do trabalho (Paiva, 2000, p. 53).

Por fim, trago os dados que Passos (2023, p. 125) analisou a partir da Pesquisa Nacional já comentada (Brasil, 2009), acerca das atividades remuneradas realizadas pela população em situação de rua. Nesta, “Catador de materiais recicláveis” consiste na maior quantidade de respostas (27,50%), seguido de “Flanelinha” (14.10%), Construção civil (6.30%), limpeza (4.20%) e Carregador (3.10%).¹⁶ Segundo sua análise, “estes são exemplos que se enquadram como atividades altamente informais” (Passos, 2023, p. 128) e, nesse sentido, corrobora que a população em situação de rua pertence ao “lumpemproletariado, isto é, no seio do pauperismo, e na parcela estagnada, ambos sem acesso ao mercado de trabalho formal e aos direitos trabalhistas” (Ibidem, p. 126). Reconhece, a partir de Harvey, que “a forma latente agrega um contingente enorme e diverso de indivíduos” (Ibid. p. 79), de modo que pode-se refletir que a categorização nessa camada é ampla demais.

Segundo a análise da autora, esses dados desmistificam a ideia de que nessa população todos são “pedintes”, sendo “índices que torna a associação dessa prática a todo o fenômeno populacional em destaque um equívoco cunhado no preconceito” (Passos, 2023, p. 126). Entretanto, abro um parênteses para considerar que as atividades de trabalho citadas não excluem a prática da mendicância e que o preconceito deve ser combatido indicando que a mendicância não é uma atividade indigna ou imoral, mas que parte da realidade concreta de miséria produzida pelo sistema capitalista. Uma das iniciativas estatais comum no Brasil são as campanhas que visam desestimular a prática de dar esmolas, com slogans que variam entre “Não dê esmola, dê oportunidade” ou “Não dê esmola, dê cidadania”, normalmente como forma de individualizar a questão da mendicância e desresponsabilizar o Estado, na medida em que sugere que a fixação na rua parte da existência ou não de possibilidades de conseguir esmola.¹⁷

A autora expõe outros dados acerca do ínfimo acesso dessa população a postos formais de trabalho, já que a pesquisa nacional utilizada como base aponta que 47% dos entrevistados nunca trabalharam de carteira assinada, e 50% trabalhou por um tempo maior

¹⁶ Dados retirados diretamente da dissertação analisada, e não da fonte original da pesquisa nacional.

¹⁷ Em São José dos Campos (SP), a iniciativa “visa desestimular os munícipes a dar esmolas, pois essa prática faz com que essas pessoas recusem o acolhimento e permaneçam na rua”, segundo o site oficial da Prefeitura (2024).

que 5 anos.

Tanto Passos como Calleia comentam como as políticas sociais direcionadas à população em situação de rua pautam, mesmo que de forma tímida, a inserção no mercado de trabalho. A Política Nacional para a População em Situação de Rua estabelece como objetivo “XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho” (Brasil, 2009 *apud* Passos, 2023, p. 127). Entretanto, como Paiva (2000, p. 50) indica, as transformações no mundo do trabalho também colocaram em questionamento a qualificação profissional como mecanismo de mobilidade social:

Num contexto de reordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o status profissional se esvai (como no caso de médicos, professores, diversas especializações na engenharia, etc.) faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto-emprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes.

A autora da dissertação analisada afirma a funcionalidade da informalidade nos períodos de crise capitalista - pois “se apresenta como uma contratendência à lei tendencial da queda da taxa de lucro e isso motiva o capital a expandir o trabalho informal, pois reduz cada vez mais os custos da força de trabalho” (Passos, 2023, p. 129). Nesse contexto, o trabalho formal não é de difícil acesso apenas para a população em situação de rua (apesar da especificidade e agravamento no caso desta), mas para as outras camadas da população sem trabalho. Calleia (2025, p. 219) realiza questionamentos nesse sentido:

Mas, se o que já trouxemos aqui enquanto análise não tiver sido lido ou ignorado, podemos ir além desses questionamentos e perguntar o quão válido é essa inserção no mercado de trabalho? Novamente precisamos estar atentos para uma possível má interpretação sobre a importância de ainda restar no universo do improvável, vagas de trabalho que possam ser preenchidas por este grupo populacional e de que esta inserção seja de extrema relevância para sua vida já que nas circunscrições desta sociedade a vida humana só ganha valor se inserida na dinâmica de valorização do próprio valor. Sendo assim precisamos pensar na razoabilidade dos fatos de que estas vagas que ainda restam são as que provavelmente deixarão de existir em breve.

Por fim, indica-se como as políticas sociais para população em situação de rua ainda são incipientes no Brasil, uma vez que “os estudos indicam que, em muitos casos, as políticas de acolhimento não atendem às necessidades desses indivíduos, de modo que muitos deles preferem permanecer nas ruas” (Jordão, 2021, p. 60), demonstrando que a complexidade da existência de pessoas vivendo nas ruas não pode ser resolvida a partir de reformas. A política de assistência social, por exemplo, indica uma compreensão da saída da situação de rua

etapista, demonstrando que mesmo os avanços na racionalidade estatal não partem das reais necessidades desses indivíduos:

Ao abordar essa questão, Rosa (2017) explica que nos serviços de pernoite o tempo é empregado mediante uma metodologia de intervenção por meio de prazos que visam motivar os sujeitos a “se engajarem” em movimentos de superação da situação de rua. Espera-se que, durante o dia, o acolhido busque por sua autonomia e saída daquela situação. Ao mesmo tempo, a rigidez temporal constitui um instrumento de controle dos usuários, nas formas de punição que consistem na suspensão do direito de uso do equipamento por determinados períodos (Jordão, 2021, p. 62).

Pode-se também destacar a crítica aos programas de transferência de renda, apresentada por Pereira (2013 *apud* Calleia, 2025, p. 171):

a lógica presente nestes programas é a do mercado, considerando não só o já bastante por si mesmo, processo autômato do capital, mas também e fruto dele sua orientação a partir de renda e não de ‘indicadores sociais’.

Gorz (1990, p. 223) também indica, em texto sobre as políticas de rendimento mínimo, que para além de sua funcionalidade ao mercado, essa garantia rompe “o elo entre trabalho e direito ao rendimento” e, por outro lado, “é igualmente abolido o direito ao trabalho, ou, mais exatamente, ela dispensa a sociedade de assegurar a todo cidadão a possibilidade de inserir-se no processo social de produção”.

Portanto, a população em situação de rua, ao representar concretamente a descartabilidade humana no sistema capitalista, tem em seu crescimento ininterrupto a revelação de que os elementos estruturais do trabalho no capitalismo (ainda que analisem esse trabalho de forma muito diferente) são insuperáveis, sem o fim do capitalismo.

4 CONCLUSÃO

Há quase dois séculos, assombrado com a guerra de classes que incendiava as ruas de Paris, um atento aristocrata escreveu: 'estou cansado de pensar, mais uma vez, que alcançamos a costa, e descobrir que ela era apenas um enganoso nevoeiro. Frequentemente me pergunto se a terra firme que há muito tempo procuramos realmente existe, ou se nosso destino é apenas enfrentar o mar eternamente'. Do lado de cá da trincheira, ainda atordoados, tratamos de nos perguntar: mas será mesmo a segurança da terra firme que buscamos?'¹⁸

Essa pesquisa teve como objetivo compreender a realidade concreta de existência da população em situação de rua a partir de pesquisas do Serviço Social. Para isso, busquei discutir a constituição dos excedentes de força de trabalho na sociedade capitalista atual, especificamente no que diz respeito à produção da miséria nesse sistema, tendo em vista a construção de um olhar crítico para esse fenômeno.

Nesse sentido, procurei realizar uma crítica radical aos fundamentos desse modo de produção e às relações sociais que imperam na sociedade atual. Foram categorias centrais desse debate o valor, o trabalho abstrato, o Estado moderno e a produção e acumulação de mais valor. Considerando os limites de um trabalho de conclusão de curso de graduação, foquei em categorias que possibilitam compreender as relações entre forma assalariada do trabalho e a relação desta com a produção de pobreza e miséria.

As duas pesquisas selecionadas para análise partiram de exposição semelhante: o trabalho assalariado, construído socialmente a partir de violência e expropriação, foi essencial para a produção de humanos miseráveis na mesma proporção da produção da riqueza social. Busquei abordar autores clássicos desse debate, que discutiam seu contexto no início da sociedade industrial; mas também análises mais atuais, que reconheçam a complexidade do capitalismo globalizado.

Assim, as hipóteses construídas ao longo da pesquisa permitem afirmar, em primeiro lugar, que a população em situação de rua tem relação intrínseca com o funcionamento do sistema capitalista, principalmente sua lei geral de acumulação. Esta, por sua vez, objetiva mais e mais acumulação, não importando os recursos necessários. Os autores analisados apresentam diversos mecanismos, ao longo da história, que foram sendo elaborados diante das contradições do processo de acumulação, que sempre ameaçam levar o capitalismo ao colapso. Ao longo desses mecanismos, a humanidade existe nas condições possíveis. Nas periferias e nos centros urbanos, a pobreza e a miserabilidade humana vai se tornando cada

¹⁸ Um grupo de militantes na neblina. **Incêndio:** trabalho e revolta no fim de linha brasileiro. Contrabando editorial: São Paulo, 2022.

vez mais visível, mas a vida para os que permanecem ativos no mercado de trabalho tem que continuar.

Em segundo lugar, as hipóteses trabalhadas perpassam a categorização desse grupo como supérfluo e superpopulação relativa (ou absoluta)/exército industrial de reserva, a partir de categorias marxianas. Isso porque as pesquisas evidenciaram que, principalmente a partir de mudanças no mundo do trabalho, esse fenômeno aumenta quantitativamente, incluindo os refugiados e imigrantes ilegais. Para alguns autores, principalmente após a década de 1970, essas mudanças nas relações de trabalho assalariado deslocam debates clássicos marxistas e da economia; para outros, são expressões novas de contradições que são, desde o início, centrais no sistema - cabe destacar que essas perspectivas se inter relacionam. Ao mesmo tempo, as perspectivas apresentadas aqui admitem um acirramento da pobreza, e uma mudança nas possibilidades reais de alteração de intervenções e estratégias contra a dominação capitalista.

Apesar de aqui ter sido destacado a relação do tema com o mundo do trabalho, a população em situação de rua é multielementar, e outras pesquisas com focos diferentes - que não o trabalho - podem indicar aspectos da realidade essenciais para o estudo do tema. Por fim, diante dos debates, afirma-se como investigar a realidade parte também de reconhecer a pluralidade de abordagens críticas ao capitalismo, de forma que a produção de conhecimento não se prenda em “realidades truncadas” e “verdades parciais” (Santos, 2006, p. 10).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo** - controle dos pobres ou erradicação da pobreza? 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

BAKUNIN, M. A Comuna de Paris e a noção de Estado. **VERVE**, São Paulo, v. 10, p. 75-100, out. 2006. Disponível em: <https://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2018/02/Verve10.pdf>. Acesso em: 4 de ago. 2025.

BOTELHO, M. L. O olho da barbárie, Marildo Menegat. **Revista IDeAS**, v. 1, n. 1, p. 102-107, jul.-dez. 2007.

BRAMBILA, B. Governo levanta dados sobre brasileiros que trabalham na escala 6x1. CNN Brasil, 04/02/2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-levanta-dados-sobre-brasileiros-que-trabalha-m-na-escala-6x1/>. Acesso em: 10 de ago de 2025.

BRASIL. **Plano Nacional Ruas Visíveis**: Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/plano-nacional-ruas-visiveis.pdf>. Acesso em: 4 de ago. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, 24 dez., 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social/Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf. Acesso em: 13 de ago. de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social,

2009.

LUCCHESE, B.; AMATO, F.. Adolescente é detido após incendiar homem em situação de rua e transmitir em rede social. **G1 Rio de Janeiro**, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/02/20/adolescente-e-detido-apos-atirar-artefatos-incendiarios-em-morador-de-rua-na-zona-oeste-do-rio-e-transmitir-em-rede-social.ghl>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CALLEIA, F. S. **Mal-estar na civilização putrefata**: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana. Texto preliminar para defesa de tese (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2025.

CAMPANHA orienta como acolher as pessoas em situação de rua. **Prefeitura de São José dos Campos**, Notícias, 20/08/2024. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2023/setembro/26/campanha-orienta-como-acolher-as-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 09 de ago. de 2024.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

CORDEIRO, D. B. **A Política Pública de Assistência Social em conflito com as demandas da população em situação de rua na cidade de São Paulo**: um estudo de caso da Tenda Bela Vista. 2018. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21282>>. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

CORRÊA, A. E. C. **MST e o colapso da modernização**: contradições da luta pela terra no Brasil. 1ª edição. Marília: Lutas Anticapital, 2024.

CORRÊA, F. **As classes sociais no capitalismo-estatismo**: noções de teoria social libertária. Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 2024. Disponível em: <https://itha-iath.org/felipe-correa-as-classes-sociais-no-capitalismo-estatismo-nocoos-de-teoria-social-libertaria/>. Acesso em: 01 de ago. de 2025.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez - Oboré, 5. ed., 1992. Disponível em: <https://taymarillack.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/03/359097901-a-loucura-do-trabalho-estudo-de-psicopatologia-do-trabalho-christophe-dejours-pdf.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ANDRADE, C. D. Antologia poética. Rio de Janeiro: Record, 40ª ed., 1998.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Biblioteca de Ciências Sociais, 2ª edição, Zahar: Rio de Janeiro, 1975.

FERREIRA, R. C N. "**Drogadição**", **tratamentos e punições**: as internações psiquiátricas forçadas de usuários de drogas no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-19122022-090915/pt-br.php>. Acesso em: 08 de ago. de 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002.

GOMES, E. T. **O governo representativo em John Stuart Mill**: representações e paradigmas. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, [s. l.], p. 276-296, 2017.

GORZ, André. Quem não tiver trabalho, também terá o que comer . **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 10, p. 211–228, 1990. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8589..> Acesso em: 9 ago. 2025.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. 1ª edição. Martins Fontes: São Paulo, 2014.

JORDÃO, D. População em Situação de Rua, Território Usado e as Políticas Públicas de Acolhimento Institucional. **GEOGRAFIA** (Londrina), v. 30, n. 2, 47–67, 2021. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/42549>>. Acesso em: 05 de mar. de 2024.

KURZ, R. **O mito da produtividade**. Tradução de José Marcos Macedo. Folha de S. Paulo,

11.02.1996. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz1.htm>>. Acesso em: 06 de mar. de 2025.

LIMA, R. **O futuro do pretérito: a tragédia do complexo petroquímico do Rio de Janeiro**. 1ª edição. Marília: Lutas Anticapital, 2024.

MARX, K. **A Sagrada Família**. 1ª edição revista, São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**. Livro 1: o processo de produção do capital. [s.l.], Boitempo editorial, 2013.

_____. **Manuscritos económico-filosóficos de 1844**. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colihue, 2015.

MENEGAT, E.; SILVA, D. A. C. A sobrevivência por um triz: velocidade de crescimento dos supérfluos, aumento da pobreza e 4ª Revolução Industrial. In **Atendimento à população em situação de rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa**. Editora UFJF/Selo Serviço Social: Juiz de Fora, 2023.

MELO, Raissa. 16 anos depois, “Massacre da Sé” é exemplo de violência contra população de rua. **Agência de Notícias das Favelas**, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.anf.org.br/16-anos-depois-massacre-da-se-e-exemplo-de-violencia-contra-populacao-de-rua/>. Acesso em: 4 ago. 2025.

MIRRAJIZ, P. G. G. **Lumpemproletariado: Conceito e Perspectiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193541>. Acesso em: 04 de ago. 2025.

MIRANDA, H. S; ANDRADE, J. A; FERNANDES, R. A. U; SANTOS, O. A. A. **A população em situação de rua em números: relatório técnico do Censo Pop Rua Recife**. Recife: EDUFRPE, 2023. Disponível em: https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/censo_populacao_Rua_recife_2023.pdf. Acesso em: 13 de ago. de 2025.

MORAES, W. As origens do necro-racista-estado no Brasil – crítica desde uma perspectiva decolonial & libertária. **Revista Estudos Libertários** (UFRJ), v. 2 nº 6, 2020.

MORAES, W. Legado da Lei Áurea: o racismo institucional e a negação do negro enquanto sujeito histórico. **Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais**, v. 3, n. 4, maio/2023.

MOURA, R. Mais de 500 trabalhadores são resgatados de condições análogas à escravidão em canteiro de obras. São Paulo: G1, 07/08/2025. Acesso em: 07 de ago. de 2025.

NASCIMENTO, E. P. Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Caderno CRH.**, Salvador, v. 7 n. 21 (p.29-47), jul./dez. 1994.

NASCIMENTO, M. **A crítica ausente: a questão urbana na primeira onda do anarquismo**. Portal Anarquista.net, 2014. Disponível em: <https://www.anarquista.net/a-critica-ausente-a-questao-urbana-na-primeira-onda-do-anarquismo/>. Acesso em: 15 de jul. de 2025.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 04 de ago. de 2025.

PASSOS, L. G. C. **Acumulação de capital e superpopulação relativa: o caso da população em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2023.

PAIVA, V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLASCO), 2000.

PEREIRA, V. S. **População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2007.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO, L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. **Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG)**. Relatório Final. Juiz de Fora, s/e, 2023.

PINHO JUNIOR, N. M.; SOUZA FILHO, R. Neodesenvolvimentismo ou padrão liberal

periférico: interpretação dos governos brasileiros à luz do orçamento federal e de indicadores sociais e econômicos de 2003 a 2016. In: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (org.) **Serviço social: questão social, território e política social**. 1 ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/DURIGUETTO_9786589512363.pdf. Acesso em: 08 de ago. de 2025.

PINHO JUNIOR, N. M. **Neodesenvolvimentismo ou Modelo Liberal Periférico: interpretação dos governos brasileiros à luz do orçamento federal e de indicadores sociais e econômicos de 2003 a 2016**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11173/1/nelsonmachadopinhojunior.pdf>. Acesso em: 08 de ago. de 2025.

POPULAÇÃO de rua em Juiz de Fora cresce 110% nos últimos seis anos. **UFJF Notícias**, [s.l.], 26 de mai. de 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/26/populacao-de-rua-em-juiz-de-fora-cresce-110-nos-ultimos-seis-anos/>. Acesso em: 03 de fev. de 2025.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

ROTHER, E. T. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, fev. 2007. Disponível em: https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-S0103-2100200700020001/1982-0194-ape-S0103-210020070002000001.pdf. Acesso em: 04 de ago. de 2025.

SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, P. V. M. **População em situação de rua: um estudo sobre os supérfluos no capitalismo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2019.

STURZA, J. M.; NIELSSON, J. G.; ANDRADE, E. P.. A violação ao direito à saúde reprodutiva através da instrumentalização do corpo da mulher: o caso Janaína Aparecida Quirino e a esterilização feminina no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 44, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/61233>. Acesso em: 9 ago. 2025.

Um grupo de militantes na neblina. **Incêndio:** trabalho e revolta no fim de linha brasileiro. Contrabando editorial: São Paulo, 2022.

APÊNDICE A - Teses e dissertações analisadas

INSTITUIÇÃO	TIPO	ANO	AUTOR	TÍTULO
UFRJ	Dissertação	2024	Aline Cristina Pereira da Silva	População em situação de rua e o direito de habitar a cidade
UFRJ	Dissertação	2018	Carla Soares	População adulta em situação de rua e as novas configurações do trabalho e dos trabalhadores
UERJ	Tese	2020	Régia Maria Prado Pinto	Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social no Ceará
UERJ	Dissertação	2021	José Arnaldo Gama da Silva	A Organização dos Invisíveis: história e Desafios do MNPR
PUC-SP	Dissertação	1997	Marcia Aparecida Accorsi Pereira	"A população de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania: uma equação possível?"
PUC-SP	Dissertação	2010	Denise Perroud Amaral	A rede de atenção a população em situação de rua: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo
PUC-SP	Dissertação	2012	Sheila Costa Marcolino	Saída das ruas ou reconstrução de vida: a trajetória de estudantes universitários ex-moradores de rua em São Paulo
PUC-SP	Dissertação	2012	Cláudia Lúcia da Silva	Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?
PUC-SP	Tese	2010	Alessandra Medeiros	Pessoas em situação de rua: a saída para a saída - um estudo sobre pessoas que saíram da rua
PUC-SP	Dissertação	2008	Daniela Santos Reis	O Sistema de Informação da Situação de Rua SISRUA: uma contribuição para a política de assistência social na cidade de São Paulo
PUC-SP	Dissertação	2024	Josefa Silvana Ferreira dos Anjos	“Rosas da Praça”: um olhar sobre as vivências, limites e desafios das mulheres em situação de rua no município de Registro/SP
PUC-SP	Tese	2017	Heloísa Sayumi Miyahara	Perspectivas do meio-fio: entre os direitos sociais e as histórias de vida da população em situação de rua na região do Vale do Ribeira-SP
PUC-SP	Dissertação	2018	Marilia Goulart	Vidas na rua: políticas e despolíticas
PUC-SP	Dissertação	2014	Walkíria Ferreira Guedes	O Centro Comunitário São Martinho de Lima: um espaço de vivência para a população em situação de rua em São Paulo
PUC-SP	Dissertação	2015	Leonice Aparecida Martins Sapucaia	Ex-moradores em situação de rua que se tornaram cuidadores de idosos
PUC-SP	Tese	2005	Marcia Aparecida Accorsi Pereira	Caminhos em construção: encontro entre população em situação de rua e o MST-SP - 1999/2003
PUC-SP	Dissertação	2023	Roseane Ribeiro Arêvalo	Mulheres gestantes em situação de rua: um estudo na perspectiva feminista
PUC-SP	Dissertação	2000	Izalene Tiene	Mulher moradora na rua - espaços e vivências:

				um estudo exploratório sobre as moradoras na rua em Campinas,SP
PUC-SP	Dissertação	2015	Bruno Jaar Karam	O egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo
PUC-SP	Tese	2023	Luiza Aparecida de Barros	O posicionamento ético-político de assistentes sociais sobre o direito à maternidade de mulheres em situação de rua
PUC-SP	Dissertação	2024	Taynara Pennings	O trabalho das assistentes sociais na Cracolândia de São Paulo ao longo dos últimos dez anos: avanços e desafios (2012- 2022)
UFJF	Dissertação	2007	Viviane Souza Pereira	População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social
UFJF	Dissertação	2019	Paulo Vitor Moreira da Silva	População em situação de rua: um estudo sobre os supérfluos no capitalismo contemporâneo
PUC-RS	Tese	2019	Rodrigo dos Santos Nunes	Como a população em situação de rua está contemplada no processo de vigilância socioassistencial?
PUC-RS	Dissertação	2012	Débora do Nascimento de Paula	População em situação de rua: como é retratada pela política social e pela sociedade e os impactos na sua participação
PUC-RS	Dissertação	2018	Afrannia Hemanuelly Castanho Duarte	O Sistema Único de Saúde e seus alcances : reflexões acerca do processo de trabalho do consultório na rua
PUC-RS	Dissertação	2014	Rodrigo dos Santos Nunes	A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local : protagonismo ou passividade?
PUC-RS	Dissertação	2015	Graziela Oliveira do Rosario	Análise das condições e modos de vida de mulheres em situação de rua em Porto Alegre-RS
PUC-RS	Dissertação	2012	Rejane Margarete Scherolt Pizzato	"No olho da rua": o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre - abordagem social de rua na sociedade contemporânea
PUC-RS	Dissertação	2012	Simone Araújo Machado	O processo de rualização e o sistema único de assistência social/Suas : uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial
UFPE	Dissertação	2018	Danielle Karina Santos Oliveira Pedrosa Soares	População adulta em situação de rua em Recife e região metropolitana : visibilidade e/ ou reforço de estigma na mídia impressa local?
UFPE	Dissertação	2014	Paula Regina Lima De Moraes Pergentino	“Suave” guerra às drogas: usuários em situação de rua
UFRN	Dissertação	2023	Leticia Gabrielle Costa Passos	ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA: o caso da população em situação de rua
PUC-RS	Dissertação	28/06/2023	Marcos Cabral Borges	(DES) COMPASSOS ENTRE CIRANDAS E MARES DE CONCRETO
UNESP	Dissertação	2020	Katiscilene Barsanulfa Tavares De Oliveira	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas

UFSC	Tese	2016	Ciberen Quadros Ouriques	A Pedra Angular: Fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre População em Situação de Rua
UNESP	Dissertação	2020	Graziela Donizetti Dos Reis	População em situação de rua: um reflexo do agravamento do capital
UNIOESTE - -- Campus Toledo	Dissertação	2018	Kelly Cristina De Oliveira Martinelli	A rede de atenção à população adulta em situação de rua no município de Umuarama-PR

Fonte: elaboração própria.